



GAZETA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT

Ano I | Nº 38 | Terça-feira, 22 de Dezembro de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Emanuel Pinheiro
Prefeito

Niuam Ribeiro
Vice-Prefeito

Ozenira Felix Soares de Souza
Secretária Municipal de Governo

Hellen Janayna Ferreira de Jesus
Secretária Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano

Francisco Antônio Vuolo
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Edilene de Souza Machado
Secretária Municipal de Educação

Antônio Roberto Possas de Carvalho
Secretário Municipal de Fazenda

Mariana Cristina Ribeiro dos Santos
Secretária Municipal de Gestão

Air Praeiro Alves
Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

Juares Silveira Samaniego
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

Antenor de Figueiredo Neto
Secretário Municipal de Mobilidade Urbana

Luciana Zamproni Branco
Secretária Municipal da Mulher

Fausto Alberto Olini
Secretário Municipal de Inovação e Comunicação

Silvia Andreato
Secretária Municipal de Obras Públicas

Leovaldo Emanuel Sales da Silva
Secretário Municipal de Ordem Pública

Simone Emília Cavasin Neves
Secretária Municipal de Planejamento - Interina

Ozenira Felix Soares de Souza
Secretária Municipal de Saúde - Interina

Débora Marques Vilar
Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico

Iracilda Maria Dantas de Campos
Secretária Municipal da Turismo

Juliette Caldas Migueis
Procuradora-Geral do Município

Wanderson Arruda de Oliveira
Controlador-Geral do Município

Anderson Carvalho de Matos
Diretor Geral da Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos

Alexandro Adriano Lisandro de Oliveira
Diretor Presidente da Agência Municipal De Regulação De Serviços Públicos Delegados De Cuiabá

Célio Rodrigues da Silva
Diretor-Geral da Empresa Cuiabana De Saúde Pública

ÍNDICE

Conselhos	01
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá - CMDCA	01
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá - CMDCA > Presidência > Resolução	01
Atos do Prefeito	01
Ato	02
Secretarias	02
Secretaria Municipal de Gestão	02
Gabinete	02
Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos	04
Secretaria Municipal de Educação	04
Portaria	04
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano	05
Portaria	05
Procedimento Administrativo	05

Conselhos

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá - CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá - CMDCA > Presidência > Resolução

RESOLUÇÃO Nº 1.026/2020 CMDCA

Altera a Resolução Nº 1.010/2020/CMDCA que dispõe sobre os procedimentos para o registro e qualificação de organizações não governamentais e a inscrição de projetos que contemplam serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de organizações governamentais e não governamentais no município e, dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CUIABÁ - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 8. 069/90 e da Lei Municipal nº 6.004/2015;

Considerando a deliberação do Colegiado na 8ª Reunião Ordinária, realizada on-line em 11.12.2020, através da plataforma Google Meet.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescenta § 4º ao Art. 33, III da Resolução Nº 1.010/2020, de 10 de setembro de 2020, com a seguinte redação:

"Art. 33 (...)

(...)

§4º. Em se tratando de Certificado de Registro e Qualificação vencido, será concedido o prazo de (01) ano contados a partir da data de vencimento para que a Entidade proceda à regularização mediante prévia notificação do CMDCA. (AC)

Art. 2º Acrescenta o inciso III ao Art. 37 da Resolução Nº 1.010/2020, de 10 de setembro de 2020, com a seguinte redação:

"Art. 37 (...)

(...)

III. Não renovar o Certificado de Registro e Qualificação no prazo de (01) ano contados a partir da data de vencimento. (AC)

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cuiabá, 11 de dezembro de 2020.

Marildette Soares França

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Cuiabá - CMDCA

Atos do Prefeito



Ato

ATO GP Nº 888/2020

O Prefeito Municipal de Cuiabá-(MT), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, ELAINE APARECIDA ALVES DE SOUZA, do cargo de Gestão, Direção e Assessoramento de Coordenador Técnico de Regulação, Símbolo CGDA 7, na Secretaria Municipal de Saúde, à partir de 18/12/2020.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMpra-SE.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, 21 de Dezembro de 2020.

EMANUEL PINHEIRO

Prefeito Municipal

Secretarias

Secretaria Municipal de Gestão

Gabinete

Portaria

PORTARIA SMGE Nº 692/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante Lei Complementar nº 476/2019;

Considerando a solicitação formulada nos autos - Processo GPE nº 7639 e ANÁLISE TÉCNICA Nº 0708/DEDP/SMGE/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Deferir - Elevação de Classe, do(a) servidor(a) NATALIA DE MENEZES VASCONCELOS, ocupante do cargo de PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR, Matrícula 4858295, da Classe B para Classe C, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, conforme Lei Complementar nº 369/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data do efetivo direito: 15/12/2020.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE.

PALÁCIO ALENCASTRO, Cuiabá-MT, 16 de Dezembro de 2020.

MARIANA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão

PORTARIA SMGE N.º694/2020

“Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.”

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante Lei Complementar nº 359/2014, revogada pela lei complementar nº 476, de 30/12/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes, conforme Laudo Médico pericial:

N.º	PROCESSO	NOME	SECRET.	PERÍODO	DIAS
01	2020.05.00787P	ANA MARIA PEREIRA DOS SANTOS	SME	01/11/2020 A 20/12/2020	50
02	2020.05.00789P	ANA MARIA PEREIRA DOS SANTOS	SME	01/11/2020 A 20/12/2020	50
03	2020.05.00777P	EDVAIR PEREIRA ALVES	SME	07/10/2020 A 05/12/2020	60
04	2020.05.00717P	EUNICE DA SILVA BELIDO	SME	05/10/2020 A 02/01/2021	90
05	2020.05.00775P	GLORIA CRISTINA DE QUEIROZ	SME	12/10/2020 A 10/12/2020	60
06	2020.05.00716P	JOCAF LEITNER	SME	07/10/2020 A 04/01/2021	90
07	2020.05.00774P	KATE ANNE GAMA DA SILVA	SMS	14/10/2020 A 12/12/2020	60

08	2020.05.00794P	LUCIA MORAES DA CUNHA	SMS	20/10/2020 A 18/12/2020	60
09	2020.05.00853P	ODAIR JORGE LEITE DA SILVA NETO	SME	01/11/2020 A 29/04/2021	180
10	2020.05.00721P	ODENIR DUARTE MOREIRA	SME	06/10/2020 A 19/11/2020	45
11	2020.05.00850P	SANDRA APARECIDA DA SILVA PEREIRA	SME	13/11/2020 A 01/01/2021	50
12	2020.05.00723R1	SEBASTIANA LOPES DE ABREU GUIMARAES	SMS	09/11/2020 A 23/11/2020	15
13	2020.05.00818P	SERGIO GERALDO DOS REIS	SMASDH	11/11/2020 A 08/02/2021	90
14	2020.05.00801P	SINVAL ANTONIO RIBEIRO	SMS	22/10/2020 A 20/12/2020	60
15	2020.05.00620R2	SUZANA ROSA DA SILVA POMPEU	SME	03/11/2020 A 02/12/2020	30
16	2020.05.00619R2	SUZANA ROSA DA SILVA POMPEU	SME	03/11/2020 A 02/12/2020	30
17	2020.05.00815P	TANIA ALMADA DA SILVA	SME	04/11/2020 A 02/01/2021	60
18	2020.05.00816P	TANIA ALMADA DA SILVA	SME	04/11/2020 A 02/01/2021	60
19	2020.05.00849P	VERONICA TEN CATEN	SORP	09/11/2020 A 07/01/2021	60

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE.

PALÁCIO ALENCASTRO, Cuiabá-MT, 15 de Dezembro de 2020.

MARIANA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão

PORTARIA Nº 690/2020

“Dispõe sobre o indeferimento do pedido de concessão do benefício de salário família para ELIANE AMORIM SILVA, em decorrência do teto salarial.”

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante Lei Complementar nº 359/2014, revogada pela lei complementar nº 476, de 30/12/2019.

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 63 da Lei Complementar Municipal nº 093/2003,

RESOLVE:

Art. 1º INDEFERIR o pedido de concessão de benefício de salário família a ELIANE AMORIM SILVA, portadora da cédula de identidade RG n.º 0878804-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 482.457.121-91, servidora efetiva, no cargo Técnico em desenvolvimento infantil, matrícula n.º 4898972, conforme consta no processo da Secretaria Municipal de Gestão, Cuiabá-Prev. n.º 2020.09.00770P, até posterior deliberação, em decorrência ao teto estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social ser maior que R\$ 1.425,56 (mil, quatrocentos e vinte e cinco e cinquenta e seis centavos), atualmente regulamentado pela Portaria Interministerial Nº. 3.659, de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Palácio Alencastro em Cuiabá-MT, 15 de Dezembro de 2020.

MARIANA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão

PORTARIA SMGE N.º 689/2020

“Dispõe sobre a concessão de Salário-Família.”

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante Lei Complementar nº 359/2014, revogada pela lei complementar nº 476, de 30/12/2019.

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 63 da Lei Complementar Municipal nº 093/2003,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Salário-Família, aos servidores abaixo relacionados:

Nº	PROCESSO	PARECER PGM/PAAL N.º	SERVIDOR (A)	DEPENDENTES
01	2020.09.00812P	389/2020	ANIELLE EVELYN SILVA KASSBURG	SARAH KASSBURG PINHEIRO



02	2020.09.00809P	388/2020	SUEVINY CORREA DE MIRANDA AMARAL	GABRIEL CORREA BARROS DA SILVA, ARTHUR CORREA BARROS DA SILVA, RAFAEL CORREA BARROS DA SILVA
03	2020.09.00847P	392/2020	MIREILLE LINDAMAR DE PINHO DA SILVA	BERNADO PINHO DA CRUZ
04	2020.09.00797P	391/2020	JOSIANE RODRIGUES VELOSO	BENJAMIN FERNANDES VELOSO
05	2020.09.00827P	390/2020	GISELY DE ALMEIDA RIBEIRO	DAVI RIBEIRO DE SOUSA, PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE SOUSA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE.

PALÁCIO ALENCASTRO, Cuiabá-MT, 15 de Dezembro de 2020.

MARIANA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão

PORTARIA SMGE N.º 688/2020

“Dispõe sobre o requerimento de concessão de licença gestante”

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante Lei Complementar nº 359/2014, revogada pela lei complementar nº 476, de 30/12/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença gestante, a(s) servidora(s) abaixo relacionada(s), com o direito a ela(s) inerente(s):

Nº.	PROCESSO	NOME	SEC.	PERÍODO	DIAS
01	2020.08.00826P	CRISTINA PAULA PALUDO	SME	27/09/2020 A 24/01/2021	120
02	2020.08.00807P	ELEN PATRICIA GOMES DA SILVA	SME	05/10/2020 A 01/02/2021	120
03	2020.08.00810P	HELIDA DE SOUZA FERREIRA	SMS	12/10/2020 A 08/02/2021	120
04	2020.08.00846P	LAURA NATALINA DE OLIVEIRA CAMARGO	SMS	19/11/2020 A 18/03/2021	120
05	2020.08.00842P	LIVIA BARROS DE SOUSA VASCONCELOS	SMS	21/11/2020 A 20/03/2021	120
06	2020.08.00834P	MARCIA ALVES DE ARAGAO	CMC	13/11/2020 A 12/03/2021	120
07	2020.08.00799P	NAYANNE DIAS ARAUJO	SME	24/10/2020 A 20/02/2021	120
08	2020.08.00800P	NAYANNE DIAS ARAUJO	SME	24/10/2020 A 20/02/2021	120
09	2020.08.00844P	SUZANA VIEIRA DE ASSUNÇÃO	SME	19/11/2020 A 18/03/2021	120
10	2020.08.00838P	TAMIRES OIVANE CARON	SME	13/11/2020 A 12/03/2021	120
11	2020.08.00855P	TATIANA SANTANA DE BARROS	SME	16/11/2020 A 15/03/2020	120
12	2020.08.00843P	TAYNNA FERRAZ DE BARROS	SME	29/06/2020 A 26/10/2020	120
13	2020.08.00828P	VALQUIRIA AMANDA DE OLIVEIRA BARROS	SMS	21/10/2020 A 17/02/2021	120

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE.

PALÁCIO ALENCASTRO, Cuiabá-MT, 15 de Dezembro de 2020.

MARIANA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão

PORTARIA SMGE N.º 687/2020

“Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.”

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante Lei Complementar nº 359/2014, revogada pela lei complementar nº 476, de 30/12/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes, conforme Laudo Médico pericial:

N.º	PROCESSO	NOME	SECRET.	PERÍODO	DIAS
-----	----------	------	---------	---------	------

01	2020.05.00672R1	AMELIA GELA	SME	05/11/2020 A 24/12/2020	50
02	2020.05.00650R2	CAROLINA SANTOS ARRUDA	SMS	12/11/2020 A 11/12/2020	30
03	2020.05.00151R4	CLAUDIOMIRO ULIANO	SME	29/10/2020 A 26/01/2021	90
04	2020.05.00648R1	ELIANE FRANCISCA MARQUES FRANCA CORTES	SMS	01/11/2020 A 30/12/2020	60
05	2020.05.00820P	EUNICE DA CRUZ MONTEIRO PEDROSO	SMS	28/09/2020 A 26/12/2020	90
06	2020.05.00456R2	EVANDRO SOARES TELES	SMASDH	03/12/2020 A 31/01/2021	60
07	2020.05.00346R5	GILCELIA EULALIA DA COSTA SOUZA	SME	08/11/2020 A 05/02/2021	90
08	2020.05.00478R2	GONÇALINA ARRUDA DO ESPIRITO SANTO RODRIGUES	SME	07/11/2020 A 05/01/2021	60
09	2020.05.00537R2	IZABEL MARIA DA SILVA	SME	09/11/2020 A 06/02/2021	90
10	2020.05.00817R7	JANE MARCIA DE MORAES	SME	12/11/2020 A 21/11/2020	10
11	2020.05.00715R1	LUCIENE ALVES CAMARGO	SMS	16/11/2020 A 15/12/2020	30
12	2020.05.00718R1	LUZIELLE CRISTINA PEREIRA DE MATOS	SMS	17/11/2020 A 14/02/2021.	90
13	2020.05.00546R2	MARIA INES PARPINELLI BIFFI	SME	05/11/2020 A 03/01/2021	60
14	2020.05.00433R3	MARIA MAURA DE ARAUJO	SMS	27/11/2020 A 25/01/2021	60
15	2020.05.00512R2	MARLENE DE ARAUJO	SME	20/11/2020 A 18/01/2021	60
16	2020.05.00791R1	MIRIAN SCARIOTT	SMS	12/11/2020 A 01/12/2020	20
17	2020.05.00617R2	NOEMIA DE FATIMA FAVERO	SME	22/11/2020 A 21/12/2020	30
18	2020.05.00457R4	RONALDO IBARRA PAPA JUNIOR	SMS	21/11/2020 A 20/12/2020	30
19	2020.05.00412R1	ROSANA MARIA BASSO	SME	21/08/2020 A 16/02/2021	180
20	2020.05.00817P	RUBI FACHIN	PGM	06/11/2020 A 03/02/2021	90

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE.

PALÁCIO ALENCASTRO, Cuiabá-MT, 15 de Dezembro de 2020.

MARIANA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão

PORTARIA SMGE N.º 686/2020

“Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.”

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante Lei Complementar nº 359/2014, revogada pela lei complementar nº 476, de 30/12/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes, conforme Laudo Médico pericial:

N.º	PROCESSO	NOME	SECRET.	PERÍODO	DIAS
01	2020.05.00858P	ANIZIA DE OLIVEIRA	SMS	21/11/2020 A 19/01/2021	60
02	2020.05.00857P	ANIZIA DE OLIVEIRA	SMS	21/11/2020 A 19/01/2021	60
03	2020.05.00829P	ANNIE MIRANDA DE PAULA	SMASDH	07/11/2020 A 21/11/2020.	15
04	2020.05.00573R2	CASSIA KELLER MULLER RIBEIRO	SME	18/11/2020 A 17/12/2020	30
05	2020.05.00821P	CLAUDIA ALEXANDRA DE ALBUQUERQUE MENEZES BARROS	SME	06/11/2020 A 15/12/2020	40
06	2020.05.00852P	ENEIAS GONÇALVES DA SILVA	SME	21/11/2020 A 19/01/2021	60
07	2020.05.00681R1	EVA JACOB DE ALMEIDA FRANCA	SME	16/11/2020 A 25/12/2020	40
08	2020.05.00678R1	EVA JACOB DE ALMEIDA FRANÇA	SME	15/11/2020 A 24/12/2020	40



09	2020.05.00824P	IZABEL CRISTINA MULLER DE LIMA	SMS	12/11/2020 A 26/12/2020	45
10	2020.05.00393R2	JOANA DARK DIAS GUEIRINS	SME	18/11/2020 A 01/01/2021	45
11	2020.05.00823P	JUVELINA DE CAMPOS NUNES	SMF	10/11/2020 A 08/04/2021	150
12	2020.05.00778R1	LAURA FERNANDA COSTA NUNES	SMS	30/11/2020 A 27/02/2021	90
13	2020.05.00358R4	LENISE BENEDITA DE SOUZA MIRANDA	SMS	16/11/2020 A 15/12/2020	30
14	2020.05.00718R2	LUZIELLE CRISTINA PEREIRA DE MATOS	SMS	17/11/2020 A 14/02/2021	90
15	2020.05.00922R4	LUZIEMA PEREIRA DE AZEVEDO	SMS	28/10/2020 A 25/01/2021	90
16	2020.05.00840P	MARCIA REGINA PEREZ DE MORAES	SME	19/11/2020 A 18/12/2020	30
17	2020.05.00387R1	MARCOS ANTONIO BARBOSA	SMT	18/11/2020 A 17/12/2020	30
18	2020.05.00343R3	MARIA APARECIDA DE AMARAL GOES	SMS	22/11/2020 A 11/12/2020	20
19	2020.05.00837P	MICHELLE CHRISTIANE DOS SANTOS DORILEO	SMS	16/11/2020 A 14/01/2021	60
20	2020.05.01184R6	NAIANA RODRIGUES DA SILVA	SME	06/11/2020 A 03/02/2021	90

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRASE.

PALÁCIO ALENCASTRO, Cuiabá-MT, 15 de Dezembro de 2020.

MARIANA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão

Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 039/2020/PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 352/2020)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de empresa no ramo de prestação de serviços de apoio administrativo, em caráter subsidiário e de atividade meio, constituindo-se em atividades acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, com fornecimento de mão de obra, de natureza contínua, conforme as previsões, exigências e especificações descritas no Termo de Referência. **Informações:** Tal suspensão se dá para que haja tempo hábil para responder impugnações. **Contato:** Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2020 - **Magda Rossi** / Pregoeira **Visto:** Agmar Divino Lara de Siqueira - **Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos** - Cuiabá/MT, 21 de dezembro de 2020.

Secretaria Municipal de Educação

Portaria

PORTARIA Nº 484/2020 /GS/SME

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por no uso das suas atribuições legais e considerando a Lei Complementar nº 220 de 22 de dezembro de 2010, que disciplina sobre a Qualificação Profissional; considerando o Decreto nº 4.335 de 22/09/2005 que institui o Conselho de Qualificação Profissional da Secretaria Municipal de Educação; considerando o processo já protocolado na SME que solicita afastamento para Qualificação Profissional; e considerando, ainda proposta do Conselho de Qualificação Profissional

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a **PRORROGAÇÃO** do prazo de Afastamento com ônus para Qualificação Profissional à seguinte servidora:

Nome e Lotação	Nível	Temática	Período
----------------	-------	----------	---------

GISELE DE FIGUEIREDO TAQUES CASTRO - EMEB Lenine de Campos Póvoas	Doutorado	A super valorização do português em detrimento da (des)valorização da matemática: reflexos e possibilidades de aprendizagem no contexto do 1º ano do ensino básico	02/01/2021 À 02/04/2021
---	-----------	--	-------------------------------

REGISTRADA. PUBLICADA. CUMPRASE.

Cuiabá, 21 de Dezembro de 2020.

EDILENE DE SOUZA MACHADO

Secretária Interina de Educação

Ato GP Nº 415/2020

PORTARIA Nº 480/2020/GS/SME

O SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por delegação de competência, conforme DECRETO Nº 6.654 DE 23 DE JULHO DE 2018, publicado no Diário Oficial nº 1405 do dia 26/07/2018.

RESOLVE:

DEFERIR o Retorno de Afastamento Sem Ônus do(a) servidor(a) abaixo relacionado(a) conforme previsto no artigo 96 e 97 da Lei Complementar nº 093/2003 e artigo 56 da Lei Complementar nº 220/2010 - Lei Orgânica dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

PROCESSO Nº 94.134/2020 – DEFERIR o pedido de Retorno de Afastamento sem Ônus para tratar de assunto particular, do(a) **Servidor(a), Lucivan Moreira da Silva Aguiar**, matrícula nº **2975343**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, **a partir de 21/12/2017.**

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Cuiabá – MT, 21 Dezembro de 2020.

Edilene de Souza Machado

Secretária Interina de Educação

ATO GP nº 415/2020

PORTARIA Nº 483 - EN/2020/GS/SME

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 225 de 29/12/2010,

RESOLVE:

INDEFERIR a Elevação de Nível dos servidores abaixo relacionado, lotados na Secretaria Municipal de Educação nos termos dos artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11 e artigo 13, da Lei nº 220/2010- Lei Complementar da Secretaria Municipal de Educação.

- **Processo GPE Nº 7401/20 – HELVECIO PEREIRA LOPES**, Professor (a), **matrícula nº 2965130**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do **Nível PL PARA PE**, conforme Despacho nº 859-EN/2020/ASSESSORIA/SME.

- **Processo GPE Nº 6558/20 - ILISSON DO PRADO**, Professor (a), **matrícula nº 4874446**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do **Nível PL PARA PE**, conforme Despacho nº 836-EN/2020/ASSESSORIA/SME.

- **Processo GPE Nº 7409/2020 – JESSIKA PATATAS DE ARRUDA**, Técnico de Nível Superior, **matrícula nº 4884951**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do **Nível TNS 1 SUPERIOR para TNS 2 SUPERIOR+ESPECIALIZAÇÃO**, conforme Despacho nº 857-EN/2020/ASSESSORIA/SME.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRASE,

Cuiabá – MT, 17 de dezembro de 2020.

EDILENE DE SOUZA MACHADO

Secretária Interina de Educação

Ato GP Nº 415/2020

PORTARIA Nº 482 - EN/2020/GS/SME

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 225 de 29/12/2010,

RESOLVE:

DEFERIR a Elevação de Nível dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação nos termos dos artigos 10 e 13, da Lei nº 220/2010- Lei Complementar da Secretaria Municipal de Educação.

- **Processo GPE Nº 7238/20 – ARLENE LUIZA DE SIQUEIRA PAIXÃO**, Técnico em Desenvolvimento Infantil, **matrícula nº 2976386**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do **nível TDI SUPERIOR PARA TDI SUPERIOR + ESPECIALIZAÇÃO**, conforme Despacho nº 853 -EN/2020/ASSESSORIA /SME, **a partir de 01/12/2020.**

- **Processo GPE Nº 7350/20 – ODILZA SANTANA DE ALMEIDA**, Técnico em Desenvolvimento Infantil, **matrícula nº 4031969**, lotado na Secretaria Municipal de



Educação, do nível TDI MÉDIO PROFISSIONALIZANTE para TDI SUPERIOR, conforme Despacho nº 852-EN/2020/ASSESSORIA /SME, a partir de 04/12/2020.

Processo GPE Nº 7511/20 – ANDREA GONCALVES DA COSTA, Técnico em Desenvolvimento Infantil, matrícula nº 4850020, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do nível TDI SUPERIOR para TDI SUPERIOR + ESPECIALIZAÇÃO, conforme Despacho nº 856-EN/2020/ASSESSORIA /SME, a partir de 11/12/2020.

Processo GPE Nº 7514/20 – MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA DE LARA, Técnico em Desenvolvimento Infantil, matrícula nº 4849878, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do nível TDI SUPERIOR para TDI SUPERIOR + ESPECIALIZAÇÃO, conforme Despacho nº 863-EN/2020/ASSESSORIA /SME, a partir de 11/12/2020.

- **Processo GPE 7400/20, SUELY NORBERTO GOMES**, Professor (a), matrícula nº 4850333, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível PE para PM, conforme Despacho nº 858-EN/2020/ASSESSORIA/SME, a partir de 07/12/2020.

- **Processo GPE 7402/20 – ELZA GOMES SILVA CARDOSO**, Professor (a), matrícula nº 4874177, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível PL para PE, conforme Despacho nº 855-EN/2020/ASSESSORIA/SME, a partir de 07/12/2020.

- **Processo GPE 7413/20 – PAMELA BARBOSA COSTA**, Professor (a), matrícula nº 4850315, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível PL para PE, conforme Despacho nº 854-EN/2020/ASSESSORIA/SME, a partir de 07/12/2020.

- **Processo GPE Nº 7424/2020 – HAYDIL OLICIA GATTASS PACHE SIMOES**, Técnico de Nível Superior, matrícula nº 4884934, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível TNS 1 SUPERIOR para TNS 2 SUPERIOR+ESPECIALIZAÇÃO, conforme Despacho nº 851-EN/2020/ASSESSORIA/SME, a partir de 09/12/2020.

- **Processo GPE Nº 7505/2020 – RIVERS TEIXEIRA RAIMUNDO**, Técnico de Nível Superior, matrícula nº 4884933, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível TNS 1 SUPERIOR para TNS 2 SUPERIOR+ESPECIALIZAÇÃO, conforme Despacho nº 864-EN/2020/ASSESSORIA/SME, a partir de 11/12/2020.

- **Processo MVP Nº 00.082.833/2020-1 – DÉBORA PATRICIA MENDES DE ALMEIDA**, Técnico em Manutenção e Infraestrutura Escolar, matrícula nº 4874601, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível TMIE MÉDIO para TMIE MÉDIO+PROFISSIONALIZANTE, conforme Despacho nº 866-EN/2020/ASSESSORIA /SME, a partir de 13/12/2019.

- **Processo MVP Nº 00.081.988/2020-1 – SIMONE BATISTA DE SOUZA FIGUEREDO**, Técnico em Desenvolvimento Infantil, matrícula nº 4849591, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Nível TDI MÉDIO+PROFISSIONALIZANTE para TDI SUPERIOR, conforme Despacho nº 865-EN/2020/ASSESSORIA/SME, a partir de 03/04/2019.

- **Processo RM Nº 2019. 11.28/00000007-056720 – GEZANEA DA SILVA NUNES**, Técnico em Nutrição Escolar, matrícula nº 4874468, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível TNE MÉDIO para TNE MÉDIO + PROFISSIONALIZANTE, conforme Despacho nº 867-EN/2020/ASSESSORIA /SME, a partir de 28/11/2019.

- **Processo MVP Nº 2020.05.25/0000001-007020 – ENICE ANDRADE DE ALENCAR**, Técnico em Desenvolvimento Infantil, matrícula nº 2973358, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível TDI MÉDIO PARA TDI MÉDIO +PROFISSIONALIZANTE, conforme Despacho nº 868-EN/2020/ASSESSORIA /SME, a partir de 14/12/2020.

- **Processo RM Nº 2020.03.04/00000018-989420 – CRISTHIANE APARECIDA CORREA**, Técnico em Nutrição Escolar, matrícula nº 4874602, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível TNE MÉDIO para TNE MÉDIO+PROFISSIONALIZANTE, conforme Despacho nº 861-EN/2020/ASSESSORIA /SME, a partir de 16/09/2020.

- **Processo RM Nº 2020.03.09/00000215-458520 – BENEDITA GONÇALINA DE ALMEIDA**, Professor (a), matrícula nº 4850119, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Nível PL PARA PE, conforme Despacho nº 862-EN/2020/ASSESSORIA/ SME, a partir de 04/03/2020.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRÁ-SE,

Cuiabá – MT, 17 de dezembro de 2020.

EDILENE DE SOUZA MACHADO

Secretária Interina de Educação

Ato GP Nº 415/2020

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

Portaria

PORTARIA Nº 016/2020/SMADESS

DISPÕES SOBRE ASSINATURAS DE ALVARA DE OBRAS, HABITE-SE, LICENÇAS AMBIENTAIS, ALVARAS: DE TERRAPLENAGEM, DEMOLIÇÃO, TAPUME E AUTOMATICO, PELO SECRETÁRIO ADJUNTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL, do Município de Cuiabá, JUARES SILVEIRA SAMANIEGO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Regimento Interno de nº 6.126 de 17/11/2016, art. 8º, onde determina as atribuições e competências dos Secretários Adjuntos de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da SMADESS.

Considerando os item X do art. 8º do Regimento Interno desta Secretária de Meio

Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável;

RESOLVE:

Art 1º: Estabelece que o Secretário Adjunto de Desenvolvimento Urbano **DANILO ALBERTO ZANETTI**, assine os seguintes documentos:

Alvara de Obras;

Alvara de Terraplenagem;

Alvara de Demolição;

Alvara de Tapume;

Alvara Automático;

Habite-se;

Licença Ambiental.

Art. 2º Esta Portaria Revoga a Portaria 014/2020/SMADESS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de julho de 2020.

PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá, 10 de novembro de 2020.

JUARES SILVEIRA SAMANIEGO

Secretário Municipal de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Urbano Sustentável/SMADESS

Procedimento Administrativo

Ata de Reunião

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO EIV/RIV DO PROJETO EMPREENDIMENTO DA EMPRESA CONSTRUENGE CONSTRUTORA LTDA – EDIFÍCIO VERTICAL COMERCIAL (HIS)

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, no Auditório Salto das Nuvens, do Serras Hotel, localizado na Av. Miguel Sutil, 4098 - Jardim das Américas, Cuiabá - MT, 78060-000, às 9h, foi realizada Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, do projeto Empreendimento da empresa CONSTRUENGE CONSTRUTORA LTDA – Edifício vertical comercial (HIS), a localizar-se na região Leste, na Av. Miguel Sutil esquina com a Buenos Aires. Sr. Aurelino Levy Dias de Campos, Vice-Presidente do CMDE (Conselho Municipal de Desenvolvimento Estratégico), neste ato representando o Presidente do Conselho Sr. Juarez Samaniego, inicia a audiência com as considerações iniciais, o Sr. Aurelino Levy Dias de Campos informa que a audiência é no formato presencial, passa a palavra sem mais delongas para a apresentação deste projeto. Deixa registrado que esta audiência está sendo gravada e que o EIV está disponível para consulta e as perguntas deverão ser feitas ao final da apresentação do EIV pela arquiteta Tânia Matos. Acrescenta que a lista de presença está com a recepcionista e frisa que todos devem assiná-la. Feitas estas considerações, passa o microfone para a arquiteta Maristene (Tânia) Matos para começar a apresentação do EIV/RIV. Antes ele justificar as ausências dos membros Vinicius Valério, Marcos Pençus e do nosso secretário Márcio Puga, que justificaram a ausência na data de hoje. Meu nome é Tânia Matos, arquiteta e urbanista, fiquei responsável pela elaboração do estudo e do relatório de impacto e vizinhança que teve como objeto a construção de uma edificação comercial bem ao lado desse terreno, vizinho do Serras Hotel e a gente vai começar a apresentar agora do resultado desse estudo e do relatório. A gente traz algumas informações gerais sobre o empreendimento, a proprietária é a CONSTRUENGE CONSTRUTORA LTDA, conforme eu já falei para os senhores aqui na Miguel Sutil esquina com a Buenos Aires, Jardim das Américas. Nós temos como equipe técnica do empreendimento: eu, que estou elaborando, sou responsável pelo EIV RIV, responsável pelo RIT, Cássio Matos, autor do projeto arquitetônico, Deodato Gomes Monteiro Neto, responsáveis pelo estudo ambiental, Fernando dos Santos Sanches e Kelly Cristina Gasparini, e responsável técnico, Adeir Pinto da Silva. O objetivo do empreendimento é ofertar um espaço para execução de atividades relacionadas a comércio e prestação de serviço, tais como, consultoria, assessoria, advocacia, arquitetura e outras áreas, bem como também será ofertado espaço para atividades coletivas como: academia de ginásticas, eventos, palestras, reuniões corporativas e restaurante. Aqui a gente traz a localização, mas como eu já expliquei para os senhores, nós estamos, aqui no Hotel Serra e o terreno é esse aqui, ele tem aproximadamente 6.500,00 m² de área. Aqui a gente traz a caracterização do empreendimento, ele tá situado numa zona ZOOM, também passam por ele a área de influência de torre de comunicação 1 e 2, cruza bem em cima dele aqui, e também ele está localizado numa zona de corredor de tráfego 1. Em relação a todas as zonas, pela legislação da Prefeitura de Cuiabá, o corredor de tráfego ele se sobrepõe as demais, exceto quando é um AZT 1 ou 2 em relação ao gabarito de altura, que a gente tem que respeitar. A AZT 1 é 52 e AZT 2 é 50, então prevalecerão aqui e o prédio ficou abaixo, ficou com 49,00m e alguma coisa. Aqui gente apresenta um quadro de áreas, ele é composto de cinco subsolos, nesses subsolos estão distribuídas as vagas de garagens, também um pouquinho no térreo que soma no total de 617 vagas, atendendo aí o que determina a legislação, garantindo os 5% de vagas para PNE. A gente tem o térreo, a sobre loja e 12 pavimentos tipos, onde são distribuídas salas comerciais. Em relação ao partido urbanístico, área do terreno, como eu já falei para os senhores, é de 6.554,82m², poderia ter um coeficiente de ocupação por ser um corredor tráfego de 75, foi ocupado 70,7, o coeficiente de aproveitamento ficou em 5,9 e parece que era 6, correto Felipe? O coeficiente de permeabilidade é de 25, então nós temos uma área permeável correspondente 1.283,13 m² que corresponde a 19,98 desse valor, foi feito um reservatório para aproveitamento de água de 60,00m³ que corresponde a 10%, então a gente tem no total de área permeável 29,98m². Aqui a gente traz o projeto preliminar, até porque o projeto dentro do termo de referência foi



orientado que ele não seja finalizado até passar essa etapa, mas a gente já traz aqui uma versão preliminar, traz aqui a implantação, a gente tem Avenida Miguel Sutil, aqui a Buenos Aires, aqui vai ficar o corpo da edificação. Aqui a gente tem o acesso para pedestres, entrada e saída de veículos, aqui pela Miguel Sutil e apenas saída em horário comercial de veículos, pela Avenida Buenos Aires. Nós temos de área construída em torno de 37.865 m². Aqui a gente traz a representação volumétrica das fachadas, a gente olhando aqui da Miguel Sutil, a gente vai ter essa visão, quando a gente olha na parte posterior, a gente tem essa visão aqui, aqui a gente traz um corte na lateral esquerda aqui está a Avenida Buenos Aires, aqui é lateral que está virada para cá para o hotel, aqui a gente pegou uma planta baixa e pegou corte “E” e o corte “C” só para representar para os senhores como é que fica esse corte, que a gente já consegue ver que o projeto ele já avançou. Aqui nós temos o espaço das escadarias, elevadores, as salas, espaços comerciais. Aqui a questão do subsolo, estacionamentos. Esse é o corte longitudinal, no corte transversal a gente tem essa perspectiva aqui. No termo de referência foi passado para o empreendimento para que fizesse a delimitação de uma área de influência indireta de 1.500,00m, então a gente tem essa área aqui, pegando na imagem a área de influência indireta, essa que é a área de influência direta, quando a gente traz aqui para o mapa de abastecimento da Prefeitura de Cuiabá, a gente tem aproximadamente 17 bairros, alguns pegando parte de seu território, alguns 100%, mais à frente a gente vai ver essa tabela, então foi essa área de influência que em relação a essa área que a gente vai fazer uma análise, em relação ao sistema viário, urbano e de transporte, em relação a infraestrutura urbana e comunitária, ao meio ambiente, ao programa de uso e ocupação do solo, ao socioeconômico, e também a identificação dos impactos a serem causados pelo empreendimento nas fases de planejamento, implantação e operação. A gente começa aqui apresentando relatório de impacto de trânsito, que já foi aprovado pela SEMOB pelo parecer técnico 047 de 2020, para fazer esse estudo do relatório de impacto de trânsito o técnico abriu um pouquinho de 1.500,00m ele foi para 2.000,00m porque ele entendeu que tinha alguns polos que iriam interferir, então ele ampliou um pouquinho para a gente ver realmente o resultado, a gente fez o diagnóstico solicitado em relação a infraestrutura local, pavimentos, calçadas e sinalização viária, em relação a análise da conservação pavimentos e calçadas, foi utilizada essa tabela, pegou-se a metodologia que tem “ótimo” classificado como “A”, “bom” como “B”, “regular” como “C” e “ruim” como “D”, péssimo ou inexistente como “E”. Aqui a gente começa em relação à pavimentação, em relação a Miguel Sutil e rua Buenos Aires, aqui está Miguel Sutil, bem em frente onde nós estamos, aqui está a Buenos Aires sentido para chegar na Miguel Sutil, aqui é a lateral do terreno, então ela está classificada como nível de qualidade “B”, de bom estado de conservação, com uma deformação levemente acentuada, declividade de 3%, então a Miguel Sutil e a Buenos Aires estão classificadas dessa maneira. A Fernando Correa, que é uma via estrutural, que também chega na Miguel Sutil para acessar o empreendimento, ela está classificada como nível de qualidade “C”, regular, com deformação média, acentuada e declividade longitudinal pequena. Em relação a calçadas, na Avenida Fernando Correa da Costa e a Buenos Aires possuem um nível de qualidade “B” e são calçadas sem abertura no revestimento, com deformação levemente acentuada, nós temos a Miguel Sutil que possui um nível “C”, regular, com pouca abertura de revestimento, com uma deformação média acentuada, com degraus ao longo do percurso e declividade de até 5% longitudinal e transversal de 3%. Em relação à sinalização viária, a classificação dela é feita “A” é “bom”, “regular” é “B”, “péssima e inexistente” é “C”. Em relação a Miguel Sutil ela é classificada no nível “B” um pouco a presença de sinalização na via e com média visualização tanto para o pedestre como o motorista, a Buenos Aires foi classificada com nível de qualidade “A”, com a sinalização horizontal e vertical necessária para via com boa visualização tanto para o pedestre como para o motorista, então esse que é sentido como se a gente tivesse saindo daqui da Avenida Brasília, vindo aqui para encontrar Miguel Sutil, aqui nas proximidades do empreendimento, a gente consegue ver o Supermercado Forte, em relação à Avenida Fernando Correa o nível de qualidade “C”, que é péssimo estado de conservação sem presença de sinalização, mas isso foi a época que a gente fez o estudo, porque agora recentemente eles já sinalizaram pelo menos horizontalmente, ainda estão sinalizando. Então esse quadro se fosse feito o estudo hoje, às vezes a gente já conseguiria classificar no nível “A”, porque agora ela está bem sinalizada. Em relação às vias, a classificação das vias, nós temos, passando em frente ao empreendimento, que está aqui, uma estrutural, nós temos uma local, que é a Rua Buenos Aires aqui na lateral do empreendimento. No estudo a gente identificou ao longo da Miguel Sutil, que ela tem três faixas com capacidade de 4.800 veículos/horas, em algum local dela faixas com capacidade de 3.200 veículos/hora e em alguma parte dela ou longo dela, uma faixa com capacidade de 1.600 veículos/hora. Aqui no entorno do empreendimento nós temos essa três faixas com capacidade de 1.800 veículos, aqui o passeio público, lembrando que esse mapa, todas essas informações aqui, a gente pegou do banco de dados da Prefeitura, o passeio público ele tem que ter no mínimo 5,00 m de largura para via com PGM de 30,00m, aqui a gente pegou também a Fernando Correa também o PGM 30, passeio público de 5,00 m de largura, ao longo dela tem locais que tem três faixas e locais que tem duas faixas, em relação à via lateral do empreendimento que é essa aqui, que é a Buenos Aires, aqui a Miguel Sutil e aqui tá Buenos Aires. A Buenos Aires é uma via local com PGM de 12,00 metros, passeio público com no mínimo 2,00 m de largura, duas faixas com capacidade de 3.200 veículos/hora, lembrando que tem um trecho dela que vem da Avenida Brasília até aqui a Havana, que é um sentido único, quando chega na Havana até a Miguel Sutil, daqui a gente já tem dois sentidos de vias. Em relação à locação do tráfico, rotas de chegada por onde que a gente vai chegar ao empreendimento, a gente definiu 4 rotas, a primeira rota pela Avenida Miguel Sutil, eu chego aqui eu acesso empreendimento, a rota 2 pela Avenida Buenos Aires que eu dá acesso ao empreendimento aqui também, rota de saída a gente tem Avenida Miguel Sutil e também a gente tem em horário comercial Avenida Buenos Aires e demais rotas que depois sai daqui você vai dispersando ao longo das vias do bairro. Em relação a dados operacionais das linhas de transporte coletivo na área de abrangência do empreendimento a gente tem dois pontos, um bem em frente ao empreendimento, daí para as pessoas acessarem nós temos pontos que fazem a conexão com diversas linhas que são essas linhas que a gente consegue conectar todas com os pontos da Avenida Miguel Sutil e da Fernando Correa essas linhas, lembrando que todas essas linhas ela tem como itinerário o centro da cidade. Nós temos em dias úteis, pegando,

por exemplo, aqui essa linha 109 nós temos frota de 11 ônibus, aos sábados 6 e aos domingos, 4. Temos no total em dias úteis uma frota de 130 ônibus, aos sábados de 79 e aos domingos de 58, parece que estou enxergando muito, mas temos total de viagens de 866,5. Quando a gente apresentou estudo para SEMOB, a gente identificou, e foi informado também que já houve licitação para transporte coletivo com uma rede integrada que ela será toda redimensionada nessa região, então provavelmente todas essas linhas serão feitos estudos, eu não sei se nisso aí está incluso destino, a matriz de origem e destino, o que a gente tem aqui acho que é de 2005, a gente mapeou aqui alguns pontos na proximidade do empreendimento, tem um aqui, outro aqui, e vários aqui na Fernando Correa. Em relação à análise do nível de serviço atual nos horários de pico, foram definidos 4 pontos de contagem, 1 ponto aqui da Avenida Miguel Sutil para Buenos Aires, que é esse aqui e da Buenos Aires e segundo ponto para Miguel Sutil, foi o período que o pessoal ficou aí nos horários de pico para contagem dos veículos, e aqui no ponto 3 da Rua Buenos Aires para Rua Havana e da Rua La Paz para Rua México, então a gente planejou aí nos horários de pico para a gente ver qual o nível atual para a gente projetar no que vem do prédio para futura demanda, foram esses pontos de contagem, de análise. Para o cálculo de nível de serviço nós usamos uma metodologia que define, “A” escoamento livre, “B” indica fluxo estável, “C” fluxo estável e “D” começa a ficar instável, começa a ficar ruim, então foi em cima dessa metodologia que foi feito estudo. A gente definiu aqui apenas trouxe aqui que o “A”, o “B” e o “C” que são os níveis aqui da região então depois do estudo, da análise, da contagem, nós chegamos a esse número ponto 1, ponto 2 e ponto 3, no período da manhã, período da tarde, as faixas analisadas, o grau de saturação e daí o nível de serviço, então no ponto 1 a gente tem um nível “A” no período da manhã, nível “B” no período da tarde, no ponto 2 nós temos nível “B” nos dois horários e no 3 também “A” nos dois horários, no 4 “A” no período da manhã e o “B” no período da tarde após somatória da população fixa estimada e fluente para o empreendimento, que deu em torno de 1.400 e poucos, vou apresentar mais à frente, a gente chegou na média de 67 pessoas no horário de pico a ser acrescido só que a gente superestimou um pouquinho, utilizou a média de 100 pessoas, então a gente chegou a um nível futuro de serviço, então a gente fez uma transição aqui do nível “A”, aqui a gente manteve o nível “B”, mas no período da manhã a gente fez a transição do “A” para o “B”, que indica fluxo estável de velocidade, de operação começando a ser restringida pela condição do tráfico e a gente faz uma transição no ponto 2 que nós estávamos “B” para “C” que indica também fluxo estável ainda com a velocidade e liberdade de movimentação, são controladas pelas condições do tráfico, então a gente teve uma alteração aqui do “A” para o “B” e no ponto 2 a transmissão do “B” para o “C” e os demais se mantiveram, as obras estudadas. Finalizando o estudo de impacto de trânsito, conclui-se que os impactos do empreendimento comercial causarão serão mitigados e compensados, sendo que de forma geral os impactos não irão comprometer a mobilidade das pessoas, bens e veículos na área de abrangência do empreendimento, lembrando que vem uma medida mitigadora da SEMOB que a gente vai apresentar lá na matriz de impactos, em relação ao ponto de ônibus. Aqui a gente já entra também para falar sobre a questão da infraestrutura urbana existente. Em relação à energia elétrica já foi feita uma consulta para Energisa, a gente recebeu uma carta dizendo que eles atendem a demanda. Em relação a água pela DPA veio uma solicitação se fosse feito um projeto de extensão para chegar até o ponto que eles determinaram, já foi feito, já foi aprovado, da mesma forma que para o esgotamento sanitário, tem disponibilidade, mas teria que fazer uma rede de extensão, já foi feito o projeto, já foi aprovado também, em relação a iluminação pública é atendido à frente e à pavimentação a gente já mostrou lá no relatório de impacto de trânsito. Em relação ao meio ambiente, já foi solicitado também no corpo do estudo que fosse feito um plano de Controle Ambiental, já foi feito e apresentado à Prefeitura, em relação à topografia, nós temos aqui positivo 187, aqui a gente pegou a partir da calçada aqui na Miguel Sutil e a gente tem uma queda que acho que de 12,00 m, mais ou menos que a gente chegar aqui na 173, aqui no finalzinho do terreno, aqui ao lado na Buenos Aires, também foi solicitado ao longo do estudo que fosse feito um projeto de drenagem, já foi feito, já foi aprovado, e tinha algumas vegetações, foi feito um estudo ambiental que foi identificado 8 espécies de vegetações existentes no terreno, a Prefeitura pediu que fosse emitida a licença especial e foi detectado que são vegetações não protegidas, que elas poderiam ser tiradas desde que elas fossem compensadas, então o empreendedor fez o que a Prefeitura pediu, em relação a essas espécies, foi liberada a licença especial, em relação às licenças ambientais, a licença de localização e a licença prévia já estão “ok”, liberadas, a licença de instalação só na aprovação do projeto, após essa etapa e a licença de operação quando o empreendimento começar a ser operado. Em relação aos resíduos sólidos na etapa da implantação também foi solicitado pela Prefeitura o projeto de gerenciamento de resíduos sólidos, para o empreendedor dizer qual a destinação, também já foi apresentado, na fase da operação tem a coleta pública, mas também foi condicionado pela Prefeitura durante a avaliação dos estudos ambientais, que fosse a cargo da responsabilidade da coleta seletiva, assim foi feito também, em relação ao ruído e poeira, o ruído na fase da implantação serão utilizados todos os equipamentos de segurança para os trabalhadores e os horários de maior movimentação na região para não perturbar a vizinhança e estar atendendo todos os horários definidos pela legislação da Prefeitura também, na fase da operação como são salas comerciais, então ela não vai provocar muitos ruídos, em relação à poeira na fase da implantação serão utilizados tapumes, a gente vai explicar um pouquinho melhor lá na tabela de medidas mitigadoras, como é que a gente vai tratar essa questão, então em relação ainda ao meio ambiente, à impermeabilização do terreno, os senhores viram que lá no índice urbanístico a gente apresenta um reservatório com 60,00m³ de água, então ele vai ser implantado aqui, vai ser reutilizado e durante a primeira hora de chuva, conforme foi utilizado a tabela que está na lei 389 de 2015, para fazer o dimensionamento, ele vai ficar uma hora reservando o acúmulo de água durante a chuva e depois o que não for reaproveitado aí ele vai ser jogado em via pública, também já aprovado e indicado em qual via que deve ser direcionada essa água. Aqui a gente faz uma análise do padrão de uso e ocupação do solo legal, que está hoje de acordo com a legislação, com zoneamento da Prefeitura, então a gente tem aqui dentro da área de influência direta e indireta, uma ZOOM que é essa parte que está mais em branco, é que a composta por todos esses bairros aqui, nós temos uma ZRC que é zona de Centro Regional, que é esse roxinho aqui que pega a parte dela também, nós temos uma ZI ZOOM que é parte desse aqui, que aquela parte lá do Jardim Itália, do Renascer por ali, é uma zona



predominantemente residencial que essas partes em azuis e uma zona de área central que pega parcialmente aqui, então hoje o que nós temos na questão legal definido pela Prefeitura, dentro legislação dela, são esses zoneamento, nessa ocupação, aí a Prefeitura pediu que nós fizessemos um estudo, um levantamento, da área de influência direta para ver como que está essa ocupação real do solo, então a gente tem aqui o empreendimento, aqui o raio de área de influência direta de 500m, em verde aqui área verde e vermelho área comercial, em amarelo área residencial e azulzinho aqui temos a área institucional da Universidade Federal, então já que ele atende tudo que legislação urbanística legal propõe, em uma zona de uso múltiplo, você pode implementar atividade de diversos tipos, a ZCR também, então a gente entende que manteve-se adequado as características das zonas legais às quais pertence. Arquiteta Tânia Matos informa que em relação ao socioeconômico: a gente entende que o empreendimento ele vai agregar valor porque ele vai gerar emprego e renda e se ele gera emprego e renda ele consegue contribuir na melhoria da condição social da sociedade, também hoje um terreno da maneira que está ele paga apenas IPTU, a partir do momento que você invista você vai pagar ISSQN e se for comércio você vai pagar o ICMS, então você contribui mais com o setor público; Ainda em relação ao socioeconômico, aqui está a população estimada, nós temos como população fixa aproximadamente 826 pessoas dias no empreendimento, e nós temos como população flutuante 671 pessoas dias, num total aí entre fixa e flutuante, de aproximadamente 1.497, a gente usa aquela metodologia de população máxima teórica. Arquiteta Tânia Matos apresenta que em relação aos equipamentos socioeconômicos, nós fizemos um levantamento em relação a centro de saúde, centro odontológico, em relação à área de lazer, centro esportivo, área de lazer pública, onde que eles estão, o que é que tem, mini estádios, lembrando que o perfil dos usuários desse entendimento é comercial, com isso eles não vão demandar nessa região desses equipamentos, porque eles não moram aqui, eles vêm durante o dia para trabalhar. Aqui a gente levantou também questão das escolas municipais existentes na região, creches, escolas estaduais. Depois desses levantamentos, a Prefeitura pediu também que a gente fizesse uma análise em relação aos impactos relacionados ao adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, valorização imobiliária, ventilação e iluminação, paisagem urbana e patrimônio natural e cultural, esses itens para quem conhece o estatuto da cidade eles levam direto do jeitinho que está lá para o corpo da legislação de Cuiabá. Então aqui a gente começa com relação ao adensamento populacional, inicialmente nós levantamos todos os bairros que compõem a área de influência, a área de cada bairro, a população total de cada bairro que a gente vai ter essa contagem final e daí o adensamento que a gente tenta da área de influência, o Boa Esperança, por exemplo, ele está apenas aproximadamente 10% da área de influência, então a gente pega 10% e consegue chegar no total de população que está aqui para gente conseguir chegar na densidade e assim foram feitos para os demais bairros. Então a gente chega numa área territorial de 704,49m² e uma população de 32.031 e uma densidade demográfica de 45,46, quando a gente traz para compor com o que existe, com o que virá, que é a fixa e a flutuante, esse valor aqui de 1.497, a gente sai de 32,31 para 33,52 e 39, a gente sai de uma densidade demográfica de 45,46 para 47,59 e um acréscimo de 2,13%, mais ou menos, mantendo-se dentro da classificação da região leste que corresponde de 28,77 a 57,39. Em relação aos equipamentos urbanos e comunitários, em relação a impactos, teremos em relação à energia, vai aumentar a demanda de energia, de água de esgotamento sanitário, mas é aquilo que eu já expliquei para os senhores ir lá atrás, que as concessionárias já disseram que tem condições de atender aos empreendedores, de acordo com que eles solicitaram. Em relação à iluminação pública, Miguel Sutil e a Buenos Aires são servidos e em relação à pavimentação, a gente já apresentou lá no estudo de relatório de trânsito. Em relação aos equipamentos comunitários, a população é oriunda de outras localidades, sendo assim não irá pressionar para esse tipo de atendimento na área de influência, como é um prédio comercial, as pessoas veem para trabalhar, não usam a escola. Em relação à valorização imobiliária, o empreendimento, o terreno está numa área já consolidada, com tipos de empreendimento dentro do padrão dele, então a gente entende que ele não irá alterar o padrão existente na área de influência sendo assim, não causará desequilíbrio imobiliário, então ele não tem como mudar o padrão aqui porque ele tá dentro do mesmo padrão. Em relação à iluminação, a gente fez esse estudo no dia 3 de junho, só para a posição, a gente pegou no horário das 10 horas então ele terá aproximadamente 17,00m de projeção, incidirá aqui na Rua Buenos Aires, esse aqui é o sombreamento que a edificação vai fazer, pegamos também o horário das 13 horas, ele alcançará uma altura de 8,00 m e projeta na parte posterior, aqui, sem atingir outras edificações, e da mesma forma aqui, e pegamos no horário das 17 horas, ele atingirá em torno de 164 metros de projeção em direção à fachada lateral direita, ultrapassando a Rua Havana, que é essa aqui, chegando até aqui, então a projeção da sombra vai ficar mais aqui. Em relação à ventilação, a edificação recebe a ventilação a norte incidindo na fachada lateral e a noroeste na frontal. A gente fez uma perspectiva aqui do prédio para mostrar para os senhores que o prédio ele não está colado em nenhuma edificação, então a ventilação consegue transitar aqui nas laterais, sem bloquear, sem que a vizinhança fique sem a possibilidade de ventos. Em relação à paisagem urbana e patrimônio natural, na fase da implantação os impactos negativos que poderão afetar a paisagem serão mitigados com a utilização de tapume e demais equipamentos que forem necessários. O padrão arquitetônico da edificação não destoa do já existente, integrando-se dessa maneira a composição urbanística do local de forma equilibrada e adequada, a edificação trará impacto positivo, fará com que a propriedade exerça sua função social e contribuirá com embelezamento de Cuiabá e principalmente temos relato do empreendedor que quando ele faz limpezas nesse terreno, eles acham diversas bolsas femininas, que as pessoas assaltam o pessoal que passa ali, principalmente pessoal que desce para ir trabalhar aqui no Jardim das Américas, e aí joga a bolsa, gera uma certa insegurança, então pessoal tem medo de passar ali, então isso vai contribuir com a segurança. As calçadas estacionamentos serão construídas de acordo com as normas da ABNT, e legislação urbanística de Cuiabá, já está sendo feito também o projeto de acessibilidade, do empreendimento, foram feitos estudos e análises em relação aos aspectos socioeconômicos, ambientais urbanísticos, arquitetônicos, paisagísticos e sobre a infraestrutura urbana e conclui-se que não haverá impactos negativos que não poderão ser sanados por meio de medidas mitigadoras ou compensatórias, que serão apresentados a seguir no relatório de impacto de vizinhança. Arquiteta Tânia Matos

apresenta o relatório em relação aos impactos, que eu já falei socioeconômicos, ambientais, urbanísticos, arquitetônicos, paisagísticos e sobre a infraestrutura urbana, a Prefeitura mandou junto com o termo de referência essa tabelinha para que a gente faça a análise, a ponderação, aqui a gente já entra no impacto e nas medidas mitigadoras em relação à fase da implantação o impacto, em relação a alteração da paisagem, como medida mitigadora utilização de tapume durante a construção e outros caso seja necessário, em relação ao fluxo de grande porte carga e descarga, a gente está vendo como impacto negativo, então a gente está propondo as medidas mitigadoras, é realizar o controle de acesso de caminhões e máquinas a fim de evitar o congestionamento das vias públicas, manter velocidade reduzida ao transitar pela região, não transportar volumes excessivos de materiais, adotar medidas de sinalização das vias, caso seja necessário, quando for entrar ou sair, em relação ao aumento dos níveis de ruído e poluição sonora, tem também como um impacto negativo e como medida serão utilizados mecanismos para assegurar o conforto e segurança dos trabalhadores, como EPI's e demais equipamentos necessários para atender o que determina a legislação urbana de Cuiabá. Quanto à população do entorno e os transeuntes, serão utilizados equipamentos com pouco impacto respeitando os horários definidos pela Prefeitura, tem na legislação dela algumas definições de horários que pode ter e acontecer esses impactos. Planejar a obra de forma a utilizar o horário de trabalho evitando atividades noturnas e durante domingo e feriados e evitar que o ruído gerado ultrapasse os limites exigidos. Arquiteta Tânia Matos informa que em relação à qualidade do ar, poeira, movimentação de terra, poluição do ar, como impacto negativo, mas como medida, armazenar material pulverulentos para proteger dos ventos, preferencialmente em abrigos coberto por lona, molhar moderadamente e periodicamente a área sujeita a ventos que possam gerar poeiras, cobrir ou molhar os materiais armazenados que emitem partículas, limpeza das calçadas e vias públicas para eliminar derramamento de terra e materiais, que ficam na entrada e saída de caminhões que acontece muito isso, ainda em relação à etapa da implantação, em relação ao item lá de poeira, manutenção periódica dos veículos utilizados na obra, máquinas e caminhões, como medida preventiva para reduzir a emissão de poluentes atmosféricos, colocação de tapumes e barreiras físicas no entorno do imóvel, para interceptar grande parte de poeira gerada, em relação à alteração do tráfego no local, manter a velocidade reduzida ao transitar pela região, realizar o controle de acesso de caminhões e máquinas a fim de evitar congestionamento de vias públicas, não acessar em período de pico, adotar medidas de sinalização das vias, em relação à emissão de material particulado, não transportar volumes excessivos de material, em relação à geração de efluente, dar destino adequado aos efluentes gerados de acordo com a legislação vigente, que é aquela questão do esgoto, que já foi aprovado, a destinação final dele. Produção de resíduos sólidos, os resíduos de natureza doméstica serão separados e encaminhados para coleta pública e quando possível destinado para reciclagem, coleta seletiva será feita por cooperativa durante a execução da obra, manter o ambiente limpo e organizado, armazenando os resíduos gerados em local adequado, conforme orientação no PGRCC, isolar o local com tapumes para evitar descarte de resíduos por pedestres, em relação à vibração do terreno, procurar coincidir os horários das atividades que causem vibração com os períodos de maior atividade na vizinhança, evitando a realização de trabalhos que gerem vibração durante a noite e finais de semana, retirada da vegetação, realizar a compensação ambiental por meio de compra de mudas de espécies florestais nativas do bioma do cerrado, local e remanejo da vegetação, isso que eu falei para os senhores quando a Prefeitura emitiu a LE que é a licença especial, foi porque o empreendedor já tinha atendido essa demanda. Arquiteta Tânia Matos apresenta os impactos na fase da operação, aumento da demanda por água, medida mitigadora tanto a de água, como de esgoto, como energia, é que a gente já falou todas e serão atendidas pelas concessionárias, desde que empreendedora atendeu o que for solicitado por elas, em relação ao aumento de fluxo de veículos nas adjacências, será feita adequação funcional dos acessos ao empreendimento, oferta de vagas de estacionamento para visitantes idosos e deficientes e vagas de carga e descarga, conforme exigido pela legislação municipal, em relação ao aumento do número dos usuários do transporte público, nas proximidades do empreendimento a reforma que a gente propôs do ponto de ônibus existente na Avenida Miguel Sutil, nas proximidades do empreendimento, esse ponto de ônibus no estudo a gente identificou que a demanda dele é tranquila, porém ele está em cima de uma boca de lobo e num desnível grande, assim as pessoas têm muita dificuldade para ficar ali na cobertura desse ponto. Aumento da coleta de resíduos sólidos domésticos onde será utilizado o sistema público de coleta bem como será atendida a legislação vigente. Arquiteta Tânia Matos informa que em relação aos recursos hídricos, a produção de efluentes líquidos será dada destinação ambientalmente adequada ao efluente gerado e neste caso será encaminhado à rede de esgoto do município conforme DPE em anexo já também aprovado o projeto de extensão, em relação à produção de resíduos sólidos domésticos será feita a implantação de container de coleta seletiva no edifício, e destinação adequada de acordo com a legislação e a impermeabilização do solo, seguirá o projeto aprovado pela Secretaria de Obras Públicas, o projeto de drenagem, que está no item tal, e também a questão que a gente não escreveu aqui que é do reservatório, do tanque de acúmulo. Arquiteta Tânia Matos destaca que a Prefeitura, quando fez o estudo para aprovar, para a gente poder chegar nessa etapa, já indicou algumas medidas mitigadoras como condição para se aprovar e a gente avançasse então ela indicou, esse é o ponto que eu falei para senhores bem aqui em frente o empreendimento aqui a gente tem uma boca de lobo, ele fica caindo, as pessoas ficam meio que penduradas aqui, e quando ela sai daqui o ônibus para bem aqui e elas tem que passar em cima da boca de lobo que tem bem por aqui, então a gente até fez a proposta para Prefeitura, SEMOB para adequar melhor posição, daí a Prefeitura colocou como medida, como proposta a medida de doação e implantação de um abrigo de ônibus no modelo padrão fornecido pela SEMOB, comprovar a doação e a implantação para o habite-se, também essa aqui foi uma medida que a SEMOB propôs, aí quando a comissão técnica que fez a análise do EIV e do RIV, indicou mais essa medida aqui, que é a sinalização horizontal e vertical da Avenida Miguel Sutil que é desse trecho aqui até a Rua Bela Vista que vem bem aqui, aqui a gente tem um trecho de quase 1.000,00m e também propôs que o empreendedor fizesse a sinalização vertical da Rua Buenos Aires, até aqui na Avenida Brasília, aqui na frente do Shopping Três Américas, isso foi que ela também colocou como condição e que também



comprovar a execução para o habite-se e em relação ao saneamento, implantar a rede de distribuição, também comprovar no habite-se, executar extensão da rede coletora existente que aquele que a gente já falou para vocês que já foi aprovado, também no habite-se, executar o projeto de drenagem conforme aprovado também e também comprovar no habite-se, e na área ambiental umedecer o solo e lavar os pneus dos caminhões antes de saírem do terreno, umedecer ou cobrir materiais que emitem partículas, lavar as vias caso estejam sujas devido ao carregamento de material de construção, isso na etapa da construção; Aqui a gente continua também a não utilizar vias locais para transporte de material de construção, principalmente os de partículas, então nada poderá acessar o empreendimento, mas ali a gente não tem também entrada pela avenida pela Rua Buenos Aires, terá que ser somente pela Miguel Sutil, no período de escavação, aterro e concretagem ou qualquer etapa que gere ruídos, oriundos de máquinas pesadas, trabalhar somente nos horários comerciais de 8 às 18 horas de segunda a sexta e das 9 às 13 horas aos sábados, tudo isso aqui na etapa na fase da construção. Construir um reservatório de 60,00m³ para utilizar os 10% da ocupação em detrimento área permeável que a gente apontou que o reservatório será feito para complementar os 25% da área permeável, que a gente chegou a 29, também na fase da construção, instalar mobiliário adequado de coleta seletiva de lixo, dar destino correto de materiais plásticos, rafia, inox, papel, papelão, vidro e "tetrapak", feito por empresa especializada, habilitada para a coleta ou destinação em pontos voluntários de coletas, essa foram as medidas que a Prefeitura passou e o empreendedor aceitou. Diante do levantamento feito por meio do diagnóstico e após ter sido feita análise e a identificação dos impactos negativos e positivos e no relatório, sanados pelas medidas mitigadoras e compensatórias, chega-se ao entendimento que a construção do empreendimento comercial, objeto deste estudo é positiva, a propriedade passa a exercer sua função social conforme preconiza o estatuto da cidade, agrega valor para a região e para o setor público com otimização da infraestrutura pública já instalada no local e com o melhor adensamento e trará mais segurança para o entorno diante do exposto conclui-se que a construção do objeto desse estudo é viável. Arquiteta Tânia Matos comunica: era esse o relatório e o estudo de impacto que eu tinha para apresentar aos senhores e depois de estudo e depois de atender tudo que o termo de referência da Prefeitura solicitou, foi para a primeira análise a Prefeitura pediu que a gente fizesse alguns itens, foi feito, aí foi aprovado chegando para esse momento para apresentação em audiência pública. Com a palavra Sr. Aurelino Levi Dias de Campos que pede a quem for fazer o questionamento, como está sendo gravada nossa reunião, para identificar nome e também se é de alguma empresa ou algum órgão. Declara palavra da aberta ao público, quem quiser pode fazer a pergunta diretamente a nossa arquiteta. Primeira pergunta, do Sr. Edemir Justiniano de Souza, síndico do prédio na Avenida Buenos Aires, Condomínio Village da La Torre, assim ele segue: eu queria colocar algumas coisas para vocês que eu vi dentro do projeto de vocês, sobre a área permeável na lateral de cá do terreno, em 2002 parece 2002/2003, o nosso prédio ficou pronto, então houve uma ação judicial junto aos órgãos públicos relativos a área permeável daquele prédio e também da parte de ali ser uma área residencial e não poderia ser construído, se eu tiver errado vocês que na época estavam aqui, sabem melhor que eu, e em 2018, com o síndico anterior, veio uma equipe de duas pessoas lá, querendo que nós assinássemos um documento autorizando passar a parte da área permeável que tem do lado, e aí não foi assinado por que ele não faz parte do condomínio, nesse processo que houve nós ficamos praticamente até 2005, o prédio pronto e embargado por causa desse processo, e dentro desse processo só foi liberado após a construtora comprar um terreno lateral que dá sentido à Rua Havana, tivemos que dar, doar para Prefeitura um terreno, e também teve que recuar um pouco o muro, inclusive a garagem do prédio ficou menor por causa disso, para que se obedecesse os 30,00 m de área permeável que até então esse dois prédios aqui dos dois hotéis, existe uma área de 30,00 m ali aonde tem um vai até o rio, no passado e então existe uma mina lá um Rio, para que aquilo continuasse como área permeável e assim é até hoje e vendo no projeto aí foi colocado que pode ser arrancado as árvores, então eu gostaria de saber o porquê que até a construção desses dois prédios aqui teve que obedecer e agora não, e uma outra pergunta é a parte de esgoto, porque, porque na Rua Buenos Aires não existe esgoto, existe área de água pluvial, então muitas jogam no esgoto a parte sólida e aí o que que acontece com isso, as duas bocas de lobo que tem uma do lado da Rua Havana e o outro aqui do lado do prédio da Buenos Aires tem um mau cheiro bastante forte eu tive que fazer uma grande adaptação no meu prédio, eles queriam um até que fizesse um outro tipo, que nós temos a fossa séptica, onde tem os filtros, que tem tudo, queriam que eu mudasse, não tem como, na época foi feito pela construtora tá tudo nas plantas, e está tudo dentro do que foi aprovado na época, infelizmente eu acho que não tem ninguém da construtora aqui que eu pedi para que viesse então eu gostaria de saber, essas duas perguntas: uma da área permeável e a outra da distribuição desses esgoto, porque esses dois prédios, aqui a informação que nós temos é que o esgoto dele vai para rua lateral, mas só que na época que foi feito a construção essa área limpa que vocês estão vendo que tem no terreno de vocês agora, ali não era limpo, era cheio de árvore e eles passaram um trator ali e arrancaram e falaram que ia ser colocado novamente e fizeram uma tubulação lá, daí eu não sei para que que era tubulação e hoje a mina d'água que está lá que é constante, tem um lago lá, está completamente mal cheirosa, está fechada acho que está caindo esgoto naquela mina e o que foi projetado me parece que não foi feito lá, então se o senhores que moram lá, os do bairro aqui, os engenheiros que quiserem falar sobre isso eu estiver equivocado, porque eu tenho dois anos de síndico lá, se eu tiver equivocado que vocês possam complementar aí a minha pergunta, obrigado. Cilbene Falcão Barbosa, moradora 38 anos da Rua Havana, eu quero fazer só uma complementação ao raciocínio que o senhor colocou perfeitamente, este pedaço, a geografia daqui, nós somos coletores de água de chuva pluvial de toda a Miguel Sutil, ela desce por aqui, tanto é seu Teixeira lembra, nós tínhamos uma cavalaria, uma guarda de cavalaria, aonde é o Extra era um banhado, os cavalos eram colocados ali para pastarem e saiam com água na metade da barriga, todo mundo lembra do Extra sendo alagado, que desembocava na Miguel Sutil lá onde fizeram o viaduto e houve o represamento, pagamos para a primeira vez do viaduto e depois a Prefeitura, ou governo, não me lembro se foi a prefeitura ou o governo do estado, para ajustar o alargamento da Fernando Correa, fez a segunda obra que melhorou e muito, entrava água na galeria Itália, abaixou agora só na calçada isso é real e verdadeiro, então a minha pergunta é: além do esgoto que na Havana, nada na segunda etapa, o

que que é segunda etapa da Praça Nova para cá até onde a senhora chama de Bela Vista, aqui na divisa com Leblon, não tem esgoto sanitário, nem pequeno, nem grande, nem bom, nem ruim, não temos, tanto é que os dois prédio quase que sempre tem que chamar o limpa fossa para fazer a sucção, eu cheguei uns 10 minutinhos atrasada, mas eu acho que na primeira parte senhora devia está na parte de arquitetura, quantas salas, essas coisas, que depois eu não vi nada sobre isso, depois que eu cheguei, são duas perguntas: o que faremos com a água da chuva que o curso da natureza nós não mudamos, veja as enchentes, eles procuram o seu curso natural e esse o curso natural da Miguel Sutil, então complementando, faço já todas as considerações agora ou não? Porque eu tenho outras, a senhora mostrou ali o impacto de população, lá aparece Jardim das Américas previsto 3.875 pessoas é isso? Um senso? Isso? então o impacto, ele fica reduzido porque a senhora puxou desde o Boa Esperança, mas aqui são 1.574 pessoas se não me engano, tá na sua esquerda do slide, entre pessoas que trabalharão, eu acho que de oito ao meio-dia e aquelas que prestaram serviço, é 50% da nossa população, ela fica diluída bonitinha, bem pequenininha para a senhora veio do Boa Esperança e foi até lá eu acho para esquerda eu não entendi o bairro, outra coisa que eu quero falar, vocês que não são daqui se descerem hoje aqui, o trânsito nosso está ótimo, perfeito, por duas coisas, o Extra está fechado, aí será um Assai, então não temos trânsito por aqui, outra coisa é que a SEMOB, depois de muitos e muitos fez algumas mudanças já prevendo quando este Assai começar, se não me engano é em março do ano que vem. Então se descermos, eu sinceramente, eu não concordo com essa sua medição de veículos e pessoas que passaram neste trecho se não me engano 67 pessoas que moram aqui sabe que não é isso, eu tenho vídeos nos horários de pico que mostram o congestionamento na rua Havana sentido Lá Paz até chegar lá embaixo, a outra pergunta que eu faço é para a Prefeitura, essa história de que não passará caminhão pelo bairro, como que eu controlo, para quem que eu ligo, como que eu denuncio e como que eu posso exigir, aqui nós estamos com empreendimento que também não consta do impacto, eu imagino que seja prédio, no fundo da antiga Três Cinco, paralelo ao seu o prédio, como chama o seu prédio? Rosa da América, paralelo, ali a geografia, de novo foi alterada, eles procederam um corte no terreno e todo o caminhão passou na rua Havana, todo caminhão e aí consta que não passará, não pode fazer parte das medidas mitigadoras me parece, mas sinceramente isso fica no papel não é a realidade, não se jogou água lá, não se jogou água na Havana e os caminhões todos transitaram sentido subindo que agora graças a Deus só vai descer, subindo para sair lá embaixo, essas são as colocações que eu queria fazer, ...Trecho inaudível..., sim é essa que nós ainda não sabemos o que é, mas que o corte do terreno foi feito foi feito. ...Trecho inaudível. Carlos Antônio Oliveira, eu sou engenheiro civil, há quase 50 anos e morador no bairro a 40 anos, complementando que ele falou, foi comprado uma área verde, um lote que foi vendido, eu pergunto seguinte mas tendo ele falou tem uma mina aqui que inclusive eu pegava peixe ali. Qual vai ser o destino dessa mina, porque estão só invadindo, os prédios, os hotéis então invadindo, essa Rua Buenos Aires você cita como Rua Buenos Aires, isso não era rua, isso era área verde, o acesso ao Extra era área verde, quando construiu o Extra eu conversei até com o Teixeira na época, disse que caminhão seria proibido passar pela passagem Buenos Aires, hoje é o caminho, hoje o é proibido é passar pela Fernando Correa, porque não consegue sair, então as coisas mudam, e essa pesquisa que você falou que parece de junho ou julho, mas estamos numa pandemia, está tudo parado não tem escola funcionando, não tem restaurante, hoje Jardim das Américas está ficando inferno por causa disso, a Buenos Aires hoje é uma filial da Fernando Correa, imagino como que vai ficar isso, com essa construção fazendo a saída inclusive para Buenos Aires, eu acho que não poderia ter essa saída para Buenos Aires, vai jogar todo o trânsito na Buenos Aires, na La Paz, na Havana, na São Salvador que hoje não estamos tendo aula, mas quando todas as coisas estão funcionando, isso vira um inferno, é uma coisa insuportável, eu moro lá na La Paz com esquina com Havana, eu tenho medo de ficar dentro da minha casa, hoje mora minhas filhas com minhas netas, elas não ficam brincando no quintal que tem medo de a qualquer momento um caminhão entrar lá dentro, deu uma melhorada agora graças a Deus, desde uma luta desde 2017, que a Havana hoje só desce, então falar que caminhão não vai trafegar, eu trabalho com obras, eu acho que vocês nem tinham nascido ainda, eu já trabalhava com obras, comecei a trabalhar com obras em 1974, falar que vai molhar, vai limpar rua, vai varrer, isso é poesia, vai me desculpar. Arquiteta Tânia Matos: Eu vou responder a parte que diz respeito ao empreendedor, mas eu vi que é o maior questionamento diz respeito à Prefeitura, começando a responder pelo senhor ali que o senhor falou porque que na época não podia algumas coisas e por que agora pode, então eu realmente eu não tenho, teria que ver a legislação da Prefeitura, a gente se ateve a legislação urbanística da Prefeitura, a gente fez um estudo de acordo com a lei, então tudo o que está sendo proposto ele está guardado na lei, se gente não atender a Prefeitura não teria nem seguido, deixado a gente vir para audiência pública, a gente ficou um ano com esse estudo na Prefeitura, levando, ajustando, isso eu estou falando estudo de impacto em relação ao projeto, não tá aprovado ainda, que é mais essa parte técnica, que a parte de área permeável, então é um projeto arquitetônico preliminar, ele só pode ser aprovado, ele só vai ser feito análise de índices urbanísticos, se está atendendo, se não está atendendo, após essa etapa aqui, então a questão da permeabilidade se empreendedor não atendeu, o que está na legislação, certamente o projeto não será aprovado, então aí eu já não tenho as respostas, que você falou na época, tem que encontrar realmente alguém da Prefeitura para esclarecer melhor o senhor, só respondendo que realmente a gente pegou legislação e foi seguindo, durante um ano ajustando, indo, vindo, em relação à população que a senhora falou é a Prefeitura que define a área de estudo também a legislação, não somos nós....Trecho inaudível. Arquiteta Tânia Matos responde: Sim então, respondendo a senhora, a Prefeitura dá para que a gente faça o estudo na área de influência. Sra. Cilbene Falcão Barbosa: eu estou dizendo que está já está tudo aprovado, nem sei por que nós estamos aqui. Arquiteta Tânia Matos: não, eu estou explicando para senhora como foi feito o estudo. Sra. Cilbene Falcão Barbosa: eu estou mostrando na prática que o maior impactado que é aqui no Jardim das Américas é dá metade, da nossa atual população, ele fica diluído, eu só estou observando, não estou dizendo que está fora da lei, não estou dizendo que está fora da lei, mas que aí fura você me desculpe, por que você fez em cima de um mínimo e o vizinho mais próximo é metade da nossa população. Arquiteta Tânia Matos informa que esse estudo inclusive, ele é feito para ver a questão da densidade, hoje nós temos, ficou em 47 e alguma coisa, aí densidade



ideal, segundo carta de urbanismo, são 250 pessoas por hectare, nós temos com 47 que é para questão de otimizar a infraestrutura pública já disponibilizada pelo setor público, se a gente for levar para a questão da densidade, então um edifício vertical, ele realmente contribui bastante com a densidade e já com aproveitamento da infraestrutura, eu também moro aqui no bairro, sou sua vizinha, então entendo muito bem que a senhora tá falando, então só reforçando a gente segue o que está determinado lá na lei, em relação também a questão das águas pluviais, acho que foi a senhora que falou, foi feito o projeto, aprovado, eles colocaram onde que vai, Fernando só responde em qual rua, após o reaproveitamento, se a gente não utilizar, você lembra? Fernando: bom dia, sou Fernando, engenheiro sanitário e mestre em recursos hídricos, formado na terra, no lado aqui da UFMT Jardim das Américas enfim, o projeto de drenagem aprovado, ele contempla dois lançamentos, um dos lançamentos na própria Avenida Miguel Sutil, onde a gente vai pegar praticamente 100% da cobertura e a menor parte desse lançamento de águas pluviais será dado na parcela do fundo do terreno, aqui na Rua Buenos Aires, em uma área, um fundo de vale onde pelas classificações do Programa Água para o Futuro do Ministério Público, todos os mapeamentos da Sema, da Prefeitura e diagnóstico ambiental realizado, não foi caracterizado como talvez, nem intermitente e nem perene, foi classificado como talvez efêmero, portanto não há que se falar em área de preservação permanente naquele ponto. Ali é sim, um fundo de vale, por ser fundo de vale, sempre a gente vai ter o acúmulo de água nessas regiões, não necessariamente aquilo ali, é nascente, é APP, se for área úmida tem que se discutir, é vereda? se for vereda, se tem APP, não é vereda, né não tem informação de Buritizal não é permanentemente úmida, não carrega as características necessárias para classificação como APP, na época inclusive em 2007 quando a Prefeitura contratou um projeto junto como o Ministério Público, quando o Extra foi inaugurado, eu participei da equipe que desenvolveu o projeto, o Extra pagou o projeto, a Prefeitura deveria executar, a gente tem a consequente e constante e impermeabilização, demanda, constantes melhorias no sistema de drenagem, por que reduz a área permeável, aumenta-se obviamente ao que a gente chama de vazão de pico, num curto tempo de concentração a vazão é maior, se necessita de maior vazão de drenagem, então o que foi pontuado, lançamento da cobertura na Miguel Sutil, com cálculo de área, a própria Prefeitura fez avaliação no estudo de bacia, entendeu que a estrutura existente na Miguel Sutil é suficiente, as demais estruturas serão lançadas na área verde, já na margem direita da Rua Buenos Aires, esse foi o diagnóstico que foi apresentado e foi aprovado pela Secretaria Municipal de Obras. Arquiteta Tânia Matos questiona: não sei também acho que foi a senhora que falou sobre a questão do esgoto? Esgotamento? Fernando: Bom para poder esclarecer de repente até auxiliar e dirimir possível conflito que o outro condomínio teve na região, eu vou tentar passar para vocês como é o procedimento hoje junto à concessionária, não tem como era na época, e quem tratou esse assunto para cada condomínio individualmente, hoje existe um instrumento chamado consulta de disponibilidade de esgotamento sanitário, a companhia emite um documento, emite uma carta informando se há disponibilidade, se há disponibilidade com restrição, ou seja, onde há necessidade de se fazer investimento para poder ser atendido ou se de fato nos termos do contrato de concessão ela não tem como te atender e você precisa, se quiser implantar o empreendimento, adotar uma solução alternativa, foi feita a consulta disponibilidade, a Águas Cuiabá apresentou para gente um ponto, que fica quase lá no final da outra praça, para poder fazer a interligação ali, o empreendedor contratou o levantamento planialtimétrico, cadastral, então foi feito o PV está lá, ele existe, vai ser interligado na sub bacia de tratamento da ETE Dom Aquino, vai ser interligado na rede coletora de esgoto naquele trecho, dali vai ser encaminhado para interceptora do Córrego do Barbado, elevatória do Córrego do Barbado ETE Dom Aquino, esse é o procedimento, o projeto foi apresentado, a companhia já avaliou, e já aprovou o projeto. Então hoje a gente vive um momento de alteração do cenário dos esgotamentos sanitários em toda Cuiabá, até 2024 tem vários investimentos a serem realizados, alguns condomínios que ainda não estão interligados no sistema podem fazer essa consulta na companhia e a companhia vai apresentar, vai falar para vocês, que antigamente eu não tinha, mas hoje talvez, eu posso ter atender aqui, e aí vai de cada condomínio avaliar se vale a pena interligar no sistema e se acrescer de uma tarifa de 90% em cada ligação ou direto na conta não sei se eles vão avisar ou não, ou se não vale a pena, no momento, num futuro de curto e médio prazo, todo mundo vai ser obrigado a ser interligado, isso é fato. Trecho inaudível, Fernando: não ele vem pela Rua Buenos Aires. Trecho inaudível... Sr. Aurelino Levi comenta: só para registrar deve ser falado no microfone com nome porque está sendo gravado senão depois não tem como retratar isso na Ata, por gentileza tá? Arquiteta Tânia Matos: aí enquanto Fernando está procurando aqui, em relação ao trânsito de caminhões é que não serão vias locais, são só exclusivamente dos caminhões que estiverem a serviço da obra que onde a gente consegue ter o empreendedor consegue ter o controle, se vai limpar ou não, o empreendedor assumiu a responsabilidade de limpar, mas aí também cabe ao setor público fiscalizar, caso o empreendedor não cumpra essa medida, que ele seja penalizado, então quando a gente falou de caminhões foi só por isso. Engenheiro Fernando: a gente vai abrir aqui, vai indicar o ponto foi indicado pela carta consulta que foi feito na Águas Cuiabá. Aqui está o empreendimento Miguel Sutil, Buenos Aires, o ponto de interligação é aqui, que a gente vai fazer, uma rede de esgotamento sanitário, passando daqui até o ponto indicado pela concessionária, então essa infraestrutura de execução é responsabilidade do empreendedor, certo, então o projeto já foi apresentado, foi apresentado nos termos do manual técnico da companhia de saneamento e está hoje apto a ser executado, inclusive é uma das primeiras ações que vão ser executadas na obra porque, por que o canteiro de obras, a geração de influência do canteiro de obras ela está diretamente interligado aqui, do efluente doméstico. Cilbene Falcão Barbosa, moradora do Jardim das Américas a minha pergunta ainda é, a responsabilidade da obra é sua ou da Águas Cuiabá, você vai abrir e tapar o buraco ou só vai abrir? Engenheiro Fernando responde: hoje, vamos lá, a responsabilidade de execução é do empreendedor, ele executa e doa para Águas Cuiabá existem procedimentos a serem seguidos muito bem normatizados pela Prefeitura e pela companhia, hoje para eu poder fazer esta obra para eu colocar a primeira máquina aqui dentro, começar a fazer o primeiro corte no asfalto, antes de tudo eu preciso ter autorização de corte de asfalto, autorização pela Secretaria de Obras, autorização de controle de tráfego emitido pela SEMOB, com os horários pré-determinados e etc, é feito todo o recapeamento, toda abertura, a limpeza da área a cada dia de fim de

trabalho, essa obra só é possível de ser entregue a Águas Cuiabá após execução, cadastramento, recebimento da Prefeitura, da recomposição de pavimento, sem pendências, então é de inteira responsabilidade do empreendedor arcar com os custos de solicitações de autorizações, cumprir as metodologias e o que estiver estabelecido nestas autorizações, e conseguir recebimento com a Prefeitura, a gente volta a dizer, toda execução de obra tem uma sequência de obrigações a serem cumpridas, cabe a Prefeitura fiscalizar a execução delas, a gente está aqui apresentando o projeto, buscando trazer sempre o menor impacto para quem tá principalmente na área de influência direta. Carlos Antônio de Oliveira: a respeito do ponto de esgoto, Rua Haiti com Havaí, que é na praça, na Buenos Aires, a cota de fundo lá você tem uma cota de fundo acima, vai ser por bombeamento esse esgoto? Fernando: a cota, precisamente não sei te informar, mas sei te precisar o seguinte, que essa primeira escavação aqui, nessa primeira nessa primeira subida aqui, ela vem com 4,45m, então não haverá elevatória, ele vem 100% por gravidade, foi feito o levantamento topográfico, na área toda, o levantamento topográfico cadastral e felizmente, até para o empreendedor e inclusive para quem está na região aqui ficou no limite do estabelecido pela norma que pede 4,50m de profundidade e atende a conta de PV, vindo por gravidade. Carlos Antônio: tudo bem, você fala ali na Havana, essa diferença eu digo na Rua Havana, e lá no final da praça também. Engenheiro Fernando: eu não sei te precisar agora qual é a profundidade, o que eu consigo te afirmar agora é que no projeto aprovado a gente não ultrapassa a profundidade máxima e da cota do empreendimento a gente consegue atender lá pelo levantamento topográfico realizado e projeto aprovado junto à companhia, inclusive para atender no PV indicado por eles nas cotas de fundo, as cotas em si você de desculpe, mas eu não consigo me recordar. Arquiteta Tânia Matos: em relação a Sra. Cilbene, com relação a data que a gente falou ali do mês seis, a gente usou aquela data para o sombreamento só, não para os outros estudos, para o estudo de impacto de trânsito, estava lá foi época de pandemia não ia condizer com a realidade, não foi aquele foi o dia certo porque a gente sabe que no decorrer do ano a sombra ela vai mudando de posição. Sr. Carlos Klaus: Bom dia, eu represento a Secretaria Municipal de Educação no Conselho Municipal de desenvolvimento estratégico, na Prefeitura temos vários órgãos, vários secretarias que tem assento no conselho, infelizmente não temos nenhum representante que na verdade analisa e aprova esses projetos, nem IPDU nem a SMADES está aqui, e recomendo inclusive o presidente da mesa que seja recomendado eles assistirem, ou ouvirem essa gravação porque assunto é muito melindroso, aí eu pergunto inclusive para o especialista, para engenheiro, eu acho que com muita propriedade explicou, mas para mim ficou uma dúvida, como que os hotéis onde nós estamos, tiveram intercorrências na época em função de questões ambientais, a legislação mudou? Hoje, nós temos um outro conceito em relação a essa área? Como que um condomínio edificado ficou interditado por vários anos para cumprir esta legislação, fica a mesma pergunta pela mesma situação, então isso de alguma forma precisa ficar evidente, eu acho que o senhor é especialista da área, explicou muito bem, mas fica dúvida, o que mudou? Isso tem que ficar claro, eu acho que a audiência pública é exatamente para trazer esse esclarecimento para a população, para que os projetos possam ser aprovados, é claro que todos torcendo aqui pelo desenvolvimento de Cuiabá, mas dentro de critérios legais e consistentes para o futuro da cidade, em outro aspecto, e aí precisa ter uma recomendação da Prefeitura, sobre tudo dos órgãos que acompanham isso aí, sobretudo a Agência de Regulação, como que nós vamos deixar nesse momento o empreendimento executar a sua rede de esgoto e no dia que o condomínio precisar resolver o seu problema porque uma fossa séptica condomínio desse porte, é algo já superado, sendo que nós temos uma agência dentro da cidade para cuidar desse serviço, porque que não se resolve essa questão do conjunto, sobre a liderança da agência, dizer "ok", vocês tem essa necessidade vocês vão contribuir com a execução da obra e a gente vai resolver o problema da rua, porque tem outros problemas lá que precisam de solução, então veja bem, tem várias perguntas aí que precisam ser esclarecidas até para o empreendimento não correr um risco no futuro ter uma nova intervenção e paralisação de obra, é ruim você sabe disso, se o condomínio teve que adquirir a área para fazer compensação e hoje isso não existe mais, então para mim tem algumas dúvidas, que precisa em alguma forma ser esclarecidas até para não ter nenhum risco até para o investidor que vai tocar esse empreendimento depois, e que realmente se resolvam os problemas do entorno, não simplesmente de repente, a exigência "ok" pelo lado da empresa, para quem faz o projeto, não eu tenho que resolver isso aqui, mas a gente não pode pensar assim, audiência pública é exatamente discutir isso e a circunvizinhança? E o problema dos demais? Como é que fica? Então acho que essas reflexões tem que ser levadas para que não se agrave ainda mais, para que as soluções que foram aplicadas, sejam solução para todos. Arquiteta Tânia: só contribuindo na fala do Carlos e na fala do vizinho aqui, o senhor falou que foi que ano que foi a edificação? Então a legislação de uso e ocupação do solo de Cuiabá de lá para cá ela foi alterada, então a última legislação que a gente tem, que a gente segue, é a 389/2015, talvez, naquela época a exigência fosse uma e nem essa legislação, ou talvez, não sei, porque realmente não posso afirmar, só estou tentando achar uma coerência para o que o senhor falou, para dizer assim que o empreendimento, ele realmente ele segue o que está definido em lei, ficamos 1 ano para aprovar isso aqui, atendendo a lei, entendoimento de lei tudo mais, então eu penso que talvez, não posso afirmar, que possa ter sido alterada, de lá para cá também. Com a palavra, NÃO IDENTIFICADO QUEM FALOU: acho que foi esse prédios aqui, foram de antes, ou depois 2015 não foi? 2013, certo, então, porque que eu estou falando isso porque no terreno que nós compramos cai água constantemente dentro do condomínio, estive na Secretaria de Meio Ambiente, para que fosse resolvido e inclusive nós até pedimos para cuidar daquela área, para abrir ali, fazer alguma coisa ali para beneficiar aquele terreno, o vizinho do lado tentou comprar aquele terreno, e a informação foi a seguinte não se pode mexer em área permeável e área de APP, foi essa a informação que eu tive, não vai fazer um mês atrás, porque nesse período de Março para cá que eu estou brigando, tudo parou por causa da COVID, então não tinha mais acesso e a resposta que eu tive não foi escrita, foi pessoal, então está havendo alguma coisa, como o representante aqui na Prefeitura disse, alguma coisa estranha, você entendeu, então eu gostaria de falar para o presidente da mesa que fique essa audiência sobre a mesa, e que venha representante legal da Prefeitura, para nos dar todos os esclarecimentos possíveis do que vai ser feito aqui, porque eles queriam, que eu tinha que fazer uma obra na minha na minha fossa séptica lá, que era uma coisa de quase R\$ 40.000,00, R\$



50.000,00, porque estava jogando líquido só, para área para área que era água fluvial, certo que vai lá é só, porque o sólido a gente recolhe com os caminhões-pipa, tanto eu quanto o prédio dela que é maior que o meu, então tem que ser revisto essa situação e eu gostaria dos representantes legais, porque vai ficar assim, a senhora diz, olha eu fui e conversei, e estou dentro da norma que a Prefeitura manda, agora isso não faz eu obedece à norma, só que a gente tem informação divergente disso, então ele disse que agora é um vale entendeu, mas há pouco tempo eu tentei resolver, não era vale, então eu não sei, então temos que realmente colocar isso em pratos limpos. Sr. Aurelino Levi Dias de Campos, disse ser uma boa observação, eu quero tranquilizá-lo que eu já falei com o secretário de Meio Ambiente, e nós vamos ter também outro passo, posterior a esse, será a nossa reunião do conselho, eu gostaria já de convidá-los a todos aqui presentes, a Dona Cilbene, o Sr. Teixeira, o senhor também, para poder participar dessa nossa reunião plenária do conselho onde estarão todos os técnicos da SEMOB, da Águas Cuiabá, da ARSEC, do esgoto, para poder dar esse esclarecimento antes da solução final, porque a palavra final dessa audiência após a sugestão de vocês, que é dado pela empresa, evidentemente que ela fará o que rege a 389 então, ela está definitivamente respaldada, sobre as coisas antes de 2013, como foi falado, terá que ser feito esclarecimento pelos setores legais da Prefeitura de Cuiabá, então nessa reunião todos estarão presentes e nós à luz dessa clareza, deveremos votar pela aprovação ou não, mesmo que isso custe para Prefeitura um ônus para ela poder fazer essa melhoria na área de vocês, eu não posso ir mais a fundo porque eu não tenho conhecimento técnico em relação aqui onde vocês moram, mas eu me comprometo, como presidente desta reunião, convidá-los, para vocês poderem participar. Sr. Aurelino Levi pergunta à Renata quando será a reunião plenária, ela responde que ainda não está marcada, e ele comenta que acredita que até 15 de dezembro deve ter a última reunião do ano e ele gostaria que os convidados se ajustassem em termos de presença para poder estar também recebendo essas informações, para terem mais tranquilidade, que do ponto de vista lógico, depois que foi assinado o contrato de concessão entre Águas Cuiabá e o nosso município, evidentemente muita coisa ficou normatizada para que num prazo de tantos anos, todo esse problema nosso, da nossa cidade estaria zerado, então aí a agência de regulação vai ter que lutar também para cobrar isso deles. Levi continua: temos que cobrar a fiscalização e se ela não cumprir, ela pode perder até a concessão, então eu gostaria que vocês se atentassem a isso e não cobrassem aqui dos técnicos aquilo que não é deles, o que é da Prefeitura a gente vai dar clareza para vocês, e agradecer também aqui também, conhecimento do engenheiro que passou aqui em cima do que ele estudou, informações relevantes para nós, ao mesmo tempo deixar a palavra aberta para mais alguma observação, aqui do Sr. Teixeira, do Sr. Edson Pires. Sr. Edson Pires: Bom é meu nome é Edson Pires, sou representante da FEMAB, Federação Mato-grossense das Associações de Moradores de Bairros, sociedade civil organizada, eu já havia me escrito por isso ela já ficou por aqui, só para esclarecimento tá, Tânia, a minha pergunta é você disse que a Prefeitura pediu para que o empreendimento fizesse o levantamento das escolas do entorno e aqui dos bairros, é só levantamento das escolas ou número de vagas disponíveis também, caso o empreendimento também cause impacto nessa situação da vaga nas escolas, porque eu não concordo quando você diz que vai aumentar o número de pessoas flutuantes no empreendimento como esse, mas que eles venham trabalhar e não para estudar, eles trazem seus filhos para região que hoje a facilidade é essa eu vou levar meu filho para perto da onde eu trabalho, porque a mobilidade se torna muito mais viável é mais fácil, é essa minha pergunta, foi feito um levantamento de vagas disponíveis nessas escolas do entorno? Sim ou não? Arqueteta Tânia responde: Edson, dificilmente, reafirmando tecnicamente falando, o usuário desse empreendimento ele demanda de escolas, mas não quer não significa que ocasionalmente possa vir, sim, foi feito tudo, tanto que a gente só apresentou a quantidade, mas nós fizemos tudo, gráfico quantidade de sala, e tudo mais só que a gente não conseguiu enxergar no público uma demanda que, por exemplo, houvesse a necessidade de construir outra sala de aula e etc. e tal, mas sim foi feito se não fosse feito a Prefeitura não teria nem seguido adiante, porque eles são rigorosos em relação a toda essa questão, até para questão de medidas compensatórias, no caso, mas foi feito sim, tá bom? Sr. Valmir, engenheiro: Bom dia, meu nome é Valmir, eu sou engenheiro, morador aqui do bairro, e fui responsável técnico aqui pelo Serras Hotel, então eu sei um pouquinho da história, e sou membro da associação dos moradores aqui do Jardim das Américas também, eu gostaria de esclarecer uma coisa, porque EIV e o RIV, é questão do projeto, então é interessante a gente levantar alguma coisa sobre o projeto em si, aquilo que vai dar conflito, aqui que vai dar trazer transtorno para gente, a gente está começando a entrar, seria até de uma irresponsabilidade dos projetistas, hoje, fazer um projeto em cima de uma área de APP, primeira coisa lá na frente você ia complicar, não vale a pena correr esse risco, quando a gente executou, fez o projeto aqui do Serras Hotel, essa área aqui era APP, quando o pessoal do "Holiday Inn" fez o projeto, aqui era APP, nós tínhamos uma faixa de 30 metros da margem desse riozinho intermitente aí, que era obrigado por legislação e agora eu com isso acontecendo me surgiu uma coisa, nós temos hoje 2.500,00 m aqui no fundo do "Holiday Inn" e temos 1.500,00 nos fundos do Serras Hotel, nós temos um terreno aqui de uma faixa de 35,00 a 40,00m, por mais ou menos uns 60,00m de fundo, então nós podemos colocar mais um empreendimento aí, mas tem um outro impacto aí, eu mesmo já vou buscar esse negócio, porque um terreno de 6.500,00m² que nós vamos colocar mais um empreendimento aqui, é mais um conflito que vai dar mais o problema que vai trazer para a região, então uma coisa que eu acho interessante agente levantar, porque é importante, tudo nasce aí, outra coisa, eu acho que agora vamos focar no empreendimento, uma coisa que eu pedi de pontos negativos que eu acho que está em tempo ainda da gente melhorar, com relação a saída pela Buenos Aires do estacionamento, nós temos uma via de mão dupla, vai dar um conflito de tráfego, nós já fizemos ação aí, de ter um grupo aqui, que tá mais de ano seu Zé, está a uns 5, ou 6 anos brigando por isso, eu acho que essa saída do estacionamento pela Buenos Aires é uma coisa para ser repensada e fazer com que todos que sair porque vai ter um conflito, quem daí do estacionamento e quer voltar para o bairro do Jardim das Américas, vai dar um conflito aí, vai dar um congestionamento, então é um ponto que eu acho que é importantíssimo para a gente ver esse projeto que está em tempo ainda, é fácil de resolver, outra coisa que eu acho que a gente tem que dar uma olhada, como nos estamos fazendo um estudo de vizinhança, nós temos já um problema com dois prédios aqui do lado, já que foi feito uma ação contra a Águas Cuiabá, podia resolver também, aproveitar que é de

vizinhança resolver problema de esgotamento deles, porque com certeza essa elevatória que está sendo feita aí, porque isso aí terá que ser bombeado, não tem outra forma de fazer, não tem gravidade e a gente não vai conseguir fazer isso, colocar já os dois aqui, aí sim, é resolver o problema de vizinhança, e mais para frente está vindo mais um prédio ali, da Plange, aqui na esquina do fundo para Três Cinco, então vai ter mais um complicador para o nosso bairro, então eu acho que são esses dois pontos que a gente tem que colocar, gostaria de ver através da associação, você nos comunicar essa reunião de conselho, gostaríamos de estar presentes, e que essas ações eu acho que é importantíssimo a gente sanar agora e que bom, que saia mais um prédio aqui no bairro, eu acho que isso aí vai trazer progresso para gente, vai trazer benefícios e eu acho que vocês estão de parabéns, mas eu acho que já que estamos tendo muito tempo como tentar resolver isso. Arqueteta Tânia responde que o projeto arquitetônico é a etapa que o senhor questionou, onde nele que está em estudo preliminar, então ele vai avançar, então dentro do que o presidente falou da importância dos senhores participarem lá do CMDE, que vai ser mais técnico, mas o projeto, ele não pode ser aprovado antes da gente avançar essa etapa, porque ainda está em fase de estudo e tecnicamente é a Prefeitura que tem que dizer se mantém ou se não mantém, se tem que tirar, então a gente não nesse caso aí, especificamente em relação ao projeto, ele não foi analisado ainda. Sr. José Teixeira: Meu nome é José Teixeira Carvalho, sou presidente da associação de bairro do Jardim das Américas, e um dos primeiros moradores do bairro, esse bairro, quando nós compramos os lotes em 1979 mais ou menos, nós compramos na planta inclusive, era um bairro estritamente residencial, logicamente que com tempo muda, a gente sabe disso, então hoje é um bairro que virou comercial, e ele não está preparado para receber todos esses investimentos, nós achamos interessante, os investimentos, tudo bem, só que quem comprou no passado e construiu pensando que ia manter pelo menos algum tempo o bairro estritamente residencial, não, mudou completamente, e essa Rua Buenos Aires ela não tem esgoto, existe aqui na Universidade uma parte de recebimento de resíduos sólidos, é muito pequena e a maior parte do esgoto está sendo jogada ali na Universidade e foi feito o esgoto, alguma parte, na segunda etapa não tem o esgoto, a não ser poucas ruas, se não me engano a Cidade do México uma parte, então como que vai ficar a situação, vai jogar esse esgoto onde? Outra pergunta, são 12 pavimentos, quantas salas vão ter esse prédio, o fluxo de movimento aqui de trânsito é violento, essa rua urbanizada é mão dupla, está sendo feito um estudo agora e mudando inclusive na Rua Havana, que era uma rua estreita está recebendo movimento de caminhões, enorme, isso agora com fechamento do Extra melhorou um pouquinho, mas futuramente e também ali atrás da Três Cinco, vai ser feito outro investimento grande de prédio residencial, então o bairro não suporta a parte de esgoto, a outra parte também, iluminação pública, falta muita energia na região nossa aqui, construíram vários e vários prédios e a Energisa não dá a atenção especial que merecem, então eu acho que essa próxima reunião que vai ser marcada, seria interessante comunicar a todos, principalmente a Associação, porque nós temos o máximo de interesse de participar, meu telefone é 99981-7023... Trecho inaudível... Sr. Aurelino Levi solicita: Renata, após a nossa audiência pública aqui, qual seria o próximo passo, internamente lá da Prefeitura, porque eu eu estou perguntando isso, porque eu me lembro que em uma das reuniões que eu presidi, quando teve muito questionamento, esse questionamento teve que ser enviado para os setores, antes da reunião nossa plenária do Conselho, então eu gostaria de saber e disso informar para ele, porque se for antes a gente vai ter que ter um instrumento para essas informações chegarem aos órgãos competentes antes do dia 15. Renata responde: sou Renata do CMDE, o nosso procedimento, como tiveram várias perguntas e não tem nenhum representante aqui da Prefeitura, nós na primeira audiência pública que eu participei, nós fizemos da seguinte forma, fizemos as perguntas no e-mail, encaminhamos para os responsáveis responderem, e depois nós encaminhamos para os interessados. Sr. Aurelino Levi Dias de Campos: Então é interessante, por favor, você pegar o "e-mail" do pessoal, que está aqui, da Dona Cilbene, do Sr. Teixeira, da senhora e do outro senhor, porque aí você tendo uma resposta, imediatamente já passa para eles, e independente disso também convidá-los para nossa reunião plenária, e independente da alguma resposta, se agrada ou não, eu gostaria que vocês pudessem participar da reunião do conselho, porque é uma reunião aberta. ...trecho inaudível... Sr. Aurelino Levi: Mas veja bem, essa parte administrativa, essa ata nossa é transcrita em forma de texto, e como diz a Renata, separado por segmentos, então o que é da ARSEC, vai para a ARSEC, em forma de pergunta e ela vai ter que responder também para nossa secretaria e a secretaria vai passar para vocês, por isso que eu pedi para vocês o e-mail, aí o que for da parte, por exemplo, da Meio Ambiente, o setor do Meio Ambiente lá que são os pareceristas, vão responder, daí manda para secretaria, e a secretaria manda para vocês, então vocês devem ter conhecimento antes da reunião plenária, para que vocês possam participar já com uma resposta, que eu não sei qual será, trecho inaudível...Sr. Aurelino Levi: então, por isso que eu pedi ajuda da Renata, porque ela secretaria lá o CMDE, é o formato administrativo que eu consigo com os segmentos da Prefeitura, que por exemplo, nós não vamos instigar alguém, a gente faz através de documentação, e tudo através de ata, de relatório, como a empresa fez aqui, ela seguiu rigorosamente o que está na lei, o que foi imposto a ela atendeu, o que não é dela, aí nós temos que procurar um jeito, um outro formato de solução, mais alguém gostaria de falar, Deodato? Sr. Deodato no uso da palavra: Bom dia meu nome é Deodato Monteiro, sou arquiteto, responsável pelo projeto, e eu gostaria de um modo geral colocar, eu também sou do bairro, aí é o seguinte, eu estou vendo a preocupação do Teixeira, a gente já se conhece a alguns milhares de anos aí, e hoje além de fazer projeto eu faço estudo de viabilidade, junto com o pessoal de banco para implantação de empreendimento, porque a taxa de atratividade, porque quem é dono de todos esses empreendimentos, sejam imóveis comerciais e residenciais, na verdade é o banco, porque ele quem dá o dinheiro para você comprar, e até que você pague quem é dono é ele, certo, então é quase que um "leasing", vocês sabem bem disso, e essas taxas de atratividade elas são dimensionadas pelo banco para caber no bolso da média da população, do perfil sócio econômico da região, a taxa de atratividade, você que é economista sabe disso, e quando a gente vai conceituar um produto, que foi no caso desse, aqui só tem sala 60,00m² para frente, não é para trabalhar pequenas empresas, é um cara bem-sucedido, perfil é um médio, alto padrão para cá, tanto que a população, por sala, deve ser em torno de 3 pessoas, ainda mais depois da pandemia, que o negócio mudou, agora sim, o cara está trabalhando em casa, eu sou arquiteto,



cheguei a ter 16 arquitetos lá no escritório, hoje sou eu, mais 1 e mais 2, 3 trabalhando fora, porque mudou, a relação mudou, essa questão do impacto que vocês falam, como que vai ser Cuiabá lá para frente, e esquece que hoje o cara põe o celular, melhorou, tem Uber, o mundo, vocês têm que entender Cuiabá no contexto de mundo, para onde caminha dessa situação, a nível de urbanismo, ela está mudando radicalmente a forma como que a gente vê assim cidade, ainda mais em Cuiabá que teve Copa, o que era APP passou a não ser, foi restrito mais o lugar que era mais fundo de vale, ou cume, essa região aqui antropizada e já dentro de uma ilha de impactos, vocês ganharam terreno, provavelmente ganharam, porque olha a zona que virou o nosso país, cadê o VLT, ou BRT, aquele viaduto lá matou a avenida Brasília, então esse é o país, agora o processo tradicional, Teixeira, de desenvolvimento do Brasil, nós somos, aí eu tiro o chapéu de arquiteto, coloco de especialista em urbanismo e gerenciamento de cidades, que é exatamente isso, nós somos uma cultura de processo de expansão urbana por periferização, ou seja, quem é mais pobre mora mais longe, essa é cultura nossa, e quem é mais rico vem mais para o centro, só que nós temos problemas seríssimos em Cuiabá, uma cidade para ser viável hoje, ela tem que ter em torno de 120 habitantes por hectare, Cuiabá e Várzea Grande, junto não chega a 60, não viabiliza nada, infraestrutura, serviços público, caminhão de lixo roda 3 km para encher, numa cidade evoluída com concentração maior ele rodado 3 quarteirões tá lá, então essas deficiências de falta de iluminação, não tem varredor de rua no Califórnia que é meu bairro, tem 35 anos que moro lá, desde quando não tinha asfalto, eu, Júlio De Lamônica, grande parte dos arquitetos, moravam lá, Manoel Peres, que são fundadores da Universidade aqui, da parte de arquitetura, então que eu percebo nessa situação, existe uma série de coisas, que não vão ser corrigidas a curto prazo, não tem como, é impossível, e para um cara que vem de fora de Cuiabá, o empreendedor, o banco, fala, eu vou desistir de Cuiabá, aí tem problema ambiental, fundiário, tem 3 vezes mais em Cuiabá, do que tem no chão, é um problema sério, ninguém se entende, você vai lá, eu fiz já 80 prédios só em Cuiabá, só aqui no Três Américas, tem uns 6, meu aqui que é de Marcelo, é da Construtora São Benedito, daqui o que que eu penso dessa situação, que ficou abismado, que o processo que está vindo, econômico, ele engole qualquer lei, qualquer coisa, por que a necessidade de verticalização ela é muito grande, e ela segue o econômico, por mais que você restringe com a lei, com que você queira criar de lei, não vai resistir, a taxa de atratividade de um produto bom hoje, ela vai aí para uma taxa de juros de 2%, um produto bom, ela vai para menos de 2%, de 0,8%, a 1%, quando o produto é ruim, ela vai a 2,6 %, quer dizer, em vez de você pagar R\$ 800,00/mês de financiamento, você paga R\$ 1.800,00 e você não sabe porque que você está pagando, porque o banco não vai te emprestar dinheiro barato, porque seu produto está mal localizado e a ruim, então para se chegar nesse produto que está aqui, essas condicionantes que a gente chama de estudo de massa e “business plan” a gente fez um plano de negócio, esse plano de negócio, como que vai ser, quem vai comprar, qual o perfil sócio econômico dessa pessoa, para quem que eu devo vender, por que esses fundamentos econômicos, são calçados em uma visão deles, quanto cresce o m² no Coxipó, como sendo a opção de sub centro para Cuiabá, por ano, vai crescer 10, 15? Tem rua aqui que você vai botar o seu produto imobiliário, lá, você não vai vender, não vai ter aumento, porque Cuiabá tem essa disparidade, Fernando Correa custando R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00 o m² e na rua de trás custando R\$ 600,00, porque, isso é um processo de uma cidade muito antiga, a gente tem que fazer cada produto sendo específico para cada um, e essa é a minha visão com relação a isso, agora não pense assim que isso aqui, isso aqui fazer um pacto maravilhoso, porque eu não sei se vocês sabem, mas é o primeiro produto é eco sustentável, água de ar-condicionado 15.000,00 a 20.000,00 litros, porque aí é ar central, não tem sala individualizada, todo o prédio é igual ao sistema americano, revestimento, vidro que não absorve calor, e anti-barulho, tudo que tem de mais moderno vai entrar nesse empreendimento, que é o perfil para ser vendido a R\$ 10.000,00 R\$ 12.000,00 o m² de sala aí. Tem escada rolante, tem estacionamento rotativo, ponto para “office boy” e Uber ali dentro, quer dizer é um “troço” assim e deve impactar Cuiabá e dentro do Centro-Oeste não tem produto igual a esse, nem Brasília não vai ter, eu vejo assim essas questões que afetam o IPDU hoje está “capenga”, e não consegue administrar a briga que é política nacional, quer dizer para onde nos devemos levar Cuiabá, quanto que nós devemos verticalizar, quanto que nós devemos deixar a cidade crescer fora do perímetro urbano, temos lá aquele empreendimento, que eu estava falando antes, está no meio do mato, foi você que aprovou lá, porque que tá no meio do mato, foi você que aprovou lá, já não era para ter uma comunidade rural lá, as pessoas precisam morar, ter uma habitação social, mas estão no meio do mato, não tem água. Aurelino Levy: uma luz no final do túnel, está sendo preparado, já fez a licitação, o Ministério Público participou do nosso estudo que não foi feito no passado por causa das eleições e também a questão lá do Ministério Público, o Plano Diretor, ele vai também dar um outro norte para Cuiabá, com essa ótica já, desse olhar mais moderno, para poder avançar. Sr. Deodato comenta: vai melhorar aquela situação agora, que eu tive lá olhando aqueles terrenos, maravilhosos, aquela ideia fantástica, mas tá lá no meio do mato, quer dizer, para onde o cara põe dinheiro, os caras não sabem o que fazer em Cuiabá. Na realidade para você ter uma ideia descaso que é com relação ao urbanismo, um VLT não tem sustentabilidade em Cuiabá, para que serve um VLT, é um metrô de superfície, aonde que ele cabe um VLT, vence grandes distâncias em pouco tempo, é com se colocasse uma Ferrari para andar e cada 100,00m ela parar, com isso você perdeu a importância que tinha a velocidade do deslocamento, ele tinha que estar na Perimetral, o VLT, então há conceitos muito errados, eles não sabe o que é abairramento, e que é definido politicamente em função de que vocês sabem. Sr. Aurelino Levy: respeito a opinião do Sr. Deodato, só que eu não concordo como economista, eu vejo que foi feito o estudo, quem aprovou fez o que queria, prova é que vocês aqui conhecem, quem pegou o dinheiro, onde está, a gente não vai entrar nesse mérito, porque não é nosso fundo de pano, só que eles fizeram certinho porque conseguiram o que eles queriam, a sociedade infelizmente não pode participar efetivamente dando o seu “ok”, nós sabendo que tecnicamente não poderia ser feito mas, quando a parte política quer, ela move para nós mato-grossenses e cuiabanos, que seria melhor, Teixeira, ligar onde Dante de Oliveira trouxe para nós, a ferrovia em 2001, passou lá em Alto Araguaia, a ferrovia para chegar em Cuiabá, e nós sabemos que tem gente que tem interesse aqui que não deixa, está aqui em Rondonópolis, nós precisamos trazer para Cuiabá e seguir para o Norte para que nós tenhamos aqui na independência, uma auto suficiência e preço, precificação de todos os produtos infelizmente a gente não consegue, porque

nós deixamos aqui senadores de outra cidade, deputado federal de outros locais que impacta em não autorizar isso e é por isso que eu nunca vou me candidatar nada porque a gente sabe quando a pessoa entra na política a coisa começa a ficar num caminho diferente daquilo que a sociedade quer. Sr. Deodato volta a comentar: a única coisa que eu vou falar aqui como urbanista, que enquanto nós tivermos esse modelo, em que é “neo liberal”, socialista praticamente na forma de agir, nós urbanistas somos um empregado desse sistema político, você não tem autonomia técnica para tomar decisão, tecnicamente isto que tem que ser feito! O que eu estava terminando de falar. O VLT é um metrô de superfície que ele tem que vencer os bairros, não andar de 100,00 em 100,00 m parando, aí não tem lógica, não faz sentido isso, se ele é o metrô para andar rápido, que que eu vou fazer porque de 100,00 em 100,00m eu não tenho velocidade, então ao conceito de má utilização, e isso aí todo mundo está cansado de saber, para jogar pedra na lua, tem mais gente, então em todos esses processos, eu acho que agora vai ser um “BOOM” vertical aqui dentro, você pode se preparar, para aguentar barulho, a quantidade de torre que eu imagino em 12 anos aqui tá mais 15 torres e grandes, nesse bairro, porque aqui o novo sub centro de Cuiabá, como é o CPA, porque o centro histórico tem que ser preservado, não pode verticalizar, então estão abrindo novos sub centros para Cuiabá, quando eu falo para o pessoal que o Jardim Califórnia não é bairro ninguém acredita, falo é loteamento, lá não entra o ônibus, não tem caminhão de lixo limpando tudo dia, lâmpada queimada só troca de ano em ano, não tem ônibus porque não tem via interna comercial, ela é cortada por avenidas de serviço, infelizmente nós técnicos temos que andar em cima disso aí. O mediador Sr. Aurelino Levy: Agradece ao Deodato pelas considerações: ajudou muito aparecer alguns pontos e eu gostaria também de agradecer a presença de todos senhores aqui nessa data, espero vê-los o mais rapidamente em outra ocasião e sem mais delongas. Ele percebe que há ainda mais duas pessoas, e diz: fala o nome também e instituição. Bom dia a todos meu nome é Wallace Fonseca, sou arquiteto e urbanista, e trabalho no Ministério Público do Estado de Mato Grosso no setor do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários, que é dirigido pelo promotor de justiça Dr. Carlos Eduardo Silva, então eu estou presente hoje aqui representando-o, designado por ele, quero dizer que esta foi uma das melhores audiências públicas de EIV e RIV que eu participei, foi muito bom estudo, apresentação, bastante completo, tenho algumas ponderações em relação alguns itens de estudo de impacto de vizinhança, que eu vou sempre repetir que falta um aprofundamento maior em dados, traduzir em valores numéricos quanto a valorização imobiliária, paisagem, aspectos de interferência da paisagem natural e patrimônio cultural e também ventilação e iluminação, não tem um profundamente técnico tal qual nos outros itens, a adensamento populacional especialmente, tráfego, equipamento comunitários, e a gente vê nos estudos dados bastante aprofundados, uma tradução em números, cálculo de nível de serviço vai piorar ou vai melhorar em alguns aspectos, isso eu vou sempre reforçar, mas é algo que no âmbito do CMDE, no âmbito da Prefeitura, dos órgãos, que os termos de referência, e mesmo a legislação deveria ser ter uma profundamente técnico um avanço que depende do nosso segmento profissional, dos arquitetos e urbanistas, e demais profissões, as engenharias sanitária e ambiental tem uma contribuição muito importante, mas vou para alguns apontamentos em relação a outorga onerosa do direito de construir, nesse empreendimento por ser verticalizado a zona em que se situa, o limite de adensamento é de 6 vezes a área do terreno, então ali foi apresentado que tá enquadrado dentro desse limite de 6 porque tá atingindo 5,9, mas desse número de 6 vezes, até 3 vezes é o potencial construtivo de direito pela legislação lá 389/2015, então proprietário constrói até 3 vezes sem qualquer ônus a mais, a partir das 3 vezes que atingiu 5,9, ou seja, uma diferença de 2,9 quase no limite dos 3, tem a outorga onerosa, foi citado, foi comentado, mas por uma questão de publicidade, transparência, eu acho que esse dado deveria ter trazido ainda na fase do EIV RIV, eu sei que o projeto não é definitivo, vão haver variações de valores, assim de área, e alguns outros aspectos, mas justamente para ver a viabilidade econômica e do projeto, algum cálculo estimativo e a demonstração dos critérios do método de cálculo e o valor resultante disso e também a destinação para onde iria esse depósito, esses valores do empreendedor, provavelmente um fundo municipal, ou algo assim, e então essa exigência do empreendedor, ela vai estar relacionada com o que que é resultado desse empreendimento, o que pode ser feito de intervenções, de destinação de recursos para acomodar, para solucionar os vários problemas de interferências urbanísticas que foram levantadas pelos moradores, por representantes da associação da Federação de Associação de Bairros, em vários aspectos um montante de recursos é necessário para destinar para solucionar problemas que está na fase de construção, quanto a fase de operação e o montante desse recurso, é oriundo também de medidas compensatórias, que são exigíveis do empreendedor, e ali foram relacionados 2 ou 3 e essas tem custos, neste estudo não foi apresentado em valores monetários, qual é esse custo, as medidas e normalmente apresentado a estimativa do valor total do custo total do empreendimento e o percentual. O que eu tenho acompanhado dos últimos EIV e RIV's, no mínimo tem sido de 1% do custo total da obra de medidas mitigadoras e compensatórias, então esse patamar de 1% acho que seria o mínimo de contrapartidas exigidas do empreendedor, alguns empreendimentos chegam a 3 até 5%, se for verificados nos últimos EIV's RIV's, os empreendedores tem concordado com patamares a partir de 1%, chegam a 3%, 5%, um chegou até 7%, mas tem algumas questões, então eu penso que esses números, esses valores, tanto de outorga onerosa, tanto de medidas compensatórias, precisam ser mais explícitos, mais evidenciados por várias questões especialmente princípios de publicidade, e a publicidade em relação também a questão do agendamento essa reunião dos CMDE, eu reforço a necessidade de convidar, de quando confirmada a agenda, enviar o convite a todos os participantes aqui, os demais potenciais interessados e o reforço especialmente ao Ministério Público, que pelos a mim não tem chegado conhecimento das agendas das reuniões, especialmente as que foram na área do CMDE, então que seja enviado convite ao MP, mas até as demais a próxima eu vou me esforçar para estar presente até para fazer essa exigência do calendário anual das reuniões dos CMDE, estarem publicitadas no Portal de Transparência da Prefeitura, eu procurei e não tem um calendário anual de reuniões do CMDE que seria uma coisa básica, pelo menos a cada mês tendo uma reunião ordinária e tal, então são esses apontamentos, fico à disposição agradeço a oportunidade de participar hoje aqui. Sr. Aurelino Levy Dias de Campos: O moderador agradece pela sugestão em relação ao empreendedor, e diz que tem certeza de que a Tânia irá explicitar esses números na próxima reunião, trazer



como já veio em outros EIV e RIV's, esses valores, a luz da reunião para que todos tenham conhecimento e do ponto de vista geral, vão trabalhar para que todos os que vieram nessa reunião, que assinaram a lista de presença, que tem e-mail e telefone, eles irão convidar antecipadamente no mínimo 3 dias, para poderem preparar para participar. Arquiteta Tania responde sobre os apontamento de Wallace: ele tocou no assunto que realmente é um calo, uma certa ansiedade quando a gente recebe o termo de referência da Prefeitura e que ela solicita determinados tipos de estudos e não dá um parâmetro e a gente não sabe exatamente por onde ir, então a gente já conversou aqui com um colega Deodato e mais de uma equipe de arquitetos, e aí eu te convidei para pensar e propor a gente que vive que faz estudo, somos especialistas que sabe está a dificuldade, aí você pega o item e fala Meu Deus, o que exatamente eu tenho que fazer, o que ela está me pedindo, em questão da valorização imobiliária, ela não fala claramente, como ela fala em outros itens, então a gente fica realmente, sem norte, então essa é uma grande dificuldade e agora graças a Deus eu fui eleita a conselheira do CAU...Trecho inaudível...Mas nós não temos um parâmetro, e que pode ir para o para o Plano Diretor que está sendo feita a revisão, já essas diretrizes, é a outra questão que você falou, Wallace, em relação à questão de índices outorga onerosa e tudo mais, no estudo ele não cobra isso, ele vai cobrar agora na provação do projeto, como é que foi feito, como que foi encaminhado e se teve custo e tal então não é na etapa, então eu entendo que para ele ser aprovado, independente desse estudo, estar aprovado, ele vai ter que atender a legislação, então como o estudo não cobra, a gente tem aqui quase 300 páginas de estudos, então a gente não trouxe. A questão do valor, esse é uma grande ponto de interrogação, como é que a Prefeitura mensura o valor de uma medida mitigadora, compensatória ao empreendedor, importante constar também, a gente não sabe a Prefeitura fala, olha, você vai compensar com isso, o que você não consegue mitigar, você compensa com isso e pronto, e passa para o empreendedor, e se o empreendedor não acatar não segue adiante o estudo, a gente tenta, às vezes a gente vai lá, pondera porque a gente também consegue como técnico ter uma visão, do que há de bom, do positivo e do negativo...Trecho inaudível...foi o que eu falei lá no início, tudo quando você vai pensar no impacto negativo e no positivo para você vai chegar e colocar na balança e pesar, o que que de negativo esse empreendimento vai trazer, mas também o que que de positivo ele vai trazer, então assim falta a gente tem clareza, se eu falar para você, eu só faço vários estudos, eu não sei qual que é o índice, como que estão definidos essas medidas, então era uma das coisas também que a gente precisava ter clareza, que a gente pode propor agora para que entre como a diretriz lá no Plano Diretor, e aí depois venha para Lei de Uso e Ocupação de Solo. Trecho com fala inaudível... Arquiteta Tânia responde: aproximadamente 207, assim porque não está como tá fechado o projeto ainda, 200, é... tranquilo gente é isso, assim a fala do Wallace foi importante, veio para encerrar e daí para contribuir que realmente Wallace, é uma ansiedade a gente fica igual barata tonta às vezes em alguns itens, mas é isso. Mediador Sr. Aurelino Levi Dias de Campos: tenta finalizar, mas alguém se manifesta, trecho com áudio prejudicado. Sr. Levi responde: antes da reunião, a secretaria já foi falado aqui, ela vai separar os questionamento e de mandar para setores da Prefeitura e esse setor vai responder e tem uma lista de presença que tem telefone de vocês e "e-mail" será colocado nesses "e-mails" essas respostas, antes da reunião, depois disso será comunicado, a reunião eu não sei se vai entrar esse ano, eu sou vice-presidente, eu não sou presidente, como falou meu colega aí, tem que ser feito uma reunião extraordinária, se puder ser agora, a gente vai trabalhar para fazer esse ano, a gente não pode atropelar também o processo que são vários segmentos diferentes que vão ter que dar resposta, se nesse ano, peguei até o telefone Sr. Teixeira aqui aí é um compromisso meu Sr. Deodato, vou ligar para ele para informar, tendo a reunião, a gente vai passar, se não for esse ano vocês também serão comunicados e a gente parar dentro da medida do possível. Novo trecho inaudível, alguém fazendo uma pergunta. Sr. Aurelino Levi responde: o empreendimento já com todas as sugestões que vocês deram, o setor aqui técnico, vai já, melhorar o produto que ele trouxe, então serão feitas essas colocações e melhoria que vocês sugeriram, então aí antes da reunião final, eles vão trabalhar nesse sentido, vai ter dar resposta técnica também desse segmento, antes de apresentar no conselho, evidentemente vai ter uma outra apresentação, já atualizada em tempo desses enriquecimentos dado por vocês e dado também pelos pareceristas desses setores que tem dentro da Prefeitura. O mediador pergunta ao Sr. Edson...Trecho inaudível... Sr. Levi responde: esse é também dentro da legalidade das leis municipais, porque se você pedirem algo, infelizmente, se não tiver dentro da legalidade ou dentro do aspecto estrutural da Prefeitura que tem uma coisa que é você querer, outra coisa é você poder, Deodato colocou isso com propriedade, então tem que entender, o que é legal e o que ainda é um planejamento que a Prefeitura pode ser que ela não tem estrutura de executar isso agora, mas ela vai ter responsabilidade de colocar uma lei orçamentária para o próximo ano e depois fazer execução, são pontos que a gente não tem hoje como fazer uma definição. Arquiteta Tânia intervém: só mais um item sobre a fala do Sr. Edson, Levi, para gente deixar muito bem claro, o estudo tecnicamente, ele atendeu o que a legislação pede, eu vi que foram várias dúvidas que não estão relacionadas a esse estudo especificamente, mas não contexto da região, caso do prédio, que é uma coisa que a Prefeitura tem que responder e Edson, a partir da CMDE não está aprovado o empreendimento, está aprovada esta etapa, aí vai para Prefeitura o projeto arquitetônico definitivo, de nada adianta estar aprovado isso aqui se o projeto lá não atender a legislação específica de análise, não vai sair o empreendimento, só para gente entender, nossa aprovou aqui já começa amanhã o empreendimento, de forma alguma, aí que pode vai começar a aprovar os projetos arquitetônicos, preliminares aí segue adiante, esse aqui é só em relação a vizinhança não ao projeto em si, só para deixar bem claro assim para gente não misturar as coisas, não tá? Trecho inaudível... Sr. Aurelino Levi responde: pode até ser assim Edson, isso necessariamente, a lei não é impeditiva isso vai de acordo com a necessidade de cada região, se for pedido Edson, trecho inaudível...alguém retoma: só para questão de encaminhamento, pessoal pelas dúvidas que nós estamos tendo quantos sociedade civil, eu quero propor que seja feita uma nova audiência pública após a reunião do CMDE, porque estão ficando muitas dúvidas, inclusive até o que o nosso representante do Ministério Público aqui colocou, nós também percebemos, mas eu penso que lá no CMDE será colocado 1% do valor do empreendimento para que a gente possa fazer os encaminhamentos de onde será aplicado o recurso nas medidas compensatórias, isso não ficou esclarecido aqui, como bem colocou o nosso representante do Ministério Público, então eu quero

sugerir que após a reunião de CMDE, todos os presentes aqui vão estar convidados a estarem lá, a gente também possa fazer uma nova audiência pública, é uma questão de propositura. Levi responde: "ok" será observada a sua sugestão. Mais um participante pede a fala: meu nome é Valmir, eu acho que as pessoas estão levando para o lado errado sobre a reunião, a nossa reunião é para discutir um relatório de impacto de Vizinhança, com relação à legislação, a conselho, isso aí é outra etapa, eu acho que uma das falas do Deodato, se começar esses questionamentos, e forem se avançando, daqui a pouco vamos continuar com Marco aí na esquina, tá certo? Eu acho o seguinte, eu acho que a gente tem que participar da reunião do conselho, deveremos ser avisados, vamos fazer as nossas ponderações, o conselho vai ter avisado antes, para poder ter um uma posição já na reunião, eu acho que o reunião aqui é uma reunião técnica, atendendo a legislação atual, então a gente tem que começar a não levar a politizar uma coisa aqui, que está fora o tempo, tá certo? Eu acho que a gente tem que participar da reunião lá do Conselho, espero que até lá algumas coisas o Deodato pode até atender, mas a gente não pode inviabilizar o empreendimento por questões tipo: onde vai colocar o recurso, e não sei o que, o próximo passo nosso é atender o projeto vai trazer benefícios para o nosso bairro, vai trazer alguns transtornos nós vamos tentar minimizar isso e aí, vamos seguir a vida, porque desse jeito esse prédio aqui não vai ser mais em Cuiabá, vai ser lá em Várzea Grande, vai ser em Rondonópolis, em outra cidade, tá bom? É só isso que eu queria colocar obrigado. O representante do MP comenta que ele acha que deve-se discutir sim sobre os valores, que acredita ser inadequado marcar reunião somente para discussão dos estudos...trecho inaudível...Sr. Aurelino Levi comenta: Esse estudo que está apresentado é esse que vai ser colocado em pauta, fora essas informações que a gente já discutiu aqui, posterior a isso os seguimentos já com projeto arquitetônico dentro da Prefeitura, vão avançando em cada etapa, em cada momento, para que a empresa possa ter o alvará, isso é uma fase, que não é uma coisa tão rápida, porque são passos, vai informação, a empresa vai e recebe esses dados de uma comissão que é formado por várias pessoas, por vários segmentos, ela vai ter um tempo hábil para se adequar, vai ver se está dentro da estrutura, do custo dela, mas a gente entende que isso não vai demorar muito e pelo que a gente tá vendo aqui do questionamento de vocês, vai só enriquecer aqui o trabalho que está sendo desenvolvido Ok? Nova pergunta: essa reunião do conselho já é para provar tudo? Levi responde: é para aprovar esse estudo de impacto de vizinhança, e passa a palavra para Arquiteta Tânia: Em nível de esclarecimento, eu trabalhei 12 anos na Prefeitura, então ela entende que no setor público, só se pode atender o que está no papel, só que o está na lei, então conforme foi solicitado para nós, para esse estudo, pelo tamanho do empreendimento, foi necessário esse estudo, tem muitos empreendimentos que acontecem que não são necessários esse estudo, então esse é o primeiro passo que é feito tecnicamente, é uma equipe multidisciplinar, tem um ano e dois meses que a gente está fazendo esse estudo para apresentar para Prefeitura, isso não significa que o projeto já está aprovado, ele nem está protocolado, agora que ele vai para Prefeitura para ser analisada aquela questão da via que o senhor, que alguém falou, é na análise de projeto que vai tecnicamente, eles vão dizer, empreendedor, a gente não quer essa via aqui, por que tecnicamente ela vai congestionar, ela vai tumultuar, se ele não resolver, projeto dele não vai ser aprovado, só para a gente entender assim o passo a passo, tá? O síndico, retorna: tudo bem, a preocupação, não é que ninguém aqui tá contra o empreendimento, a gente sabe que o empreendimento vai vir aqui é para melhoria do bairro, como o VLT foi pensado e não foi feito, totalmente errado, então é isso que nós estamos preocupados como moradores, você entendeu, que o empreendimento quando chega ele tem que melhorar, ele não tem que trazer dificuldade, porque hoje toda água que desce daqui pela parte de solo, ela bate lá embaixo, vira uma rua de água do lado do meu condomínio, porque ninguém pensou, ou se tem ou não tem, um piso impermeável, e aí se tira, como foi colocado, um vale que tem lá, você entendeu, acaba com aquele vale, vira cimento como acontece em vários estados aí que a alaga, inclusive São Paulo é um dos fatores que São Paulo que não tem área permeável e eu acho que a globalização ela não pode destruir o que é meio ambiente, porque me desculpa, no que está aí no seu projeto, é que essa área daqui eu não sei até onde vai esse empreendimento, se vai ficar até o muro do condomínio ou se vai ter uma área permeável ou se vai continuar colocando árvores ali, tudo bem que no passado foi assim, agora não é, quer dizer eu acho que o ministério público ele tá aí é para verificar essa questão do meio ambiente, do que vai ser feito, do que vai ser construído, o seu projeto entre aspas, está aprovado, porque você está mais dentro da legislação do que a Prefeitura está falando para você, mas a Prefeitura não tá pensando na população, me desculpa ela nunca pensou, ela nunca pensou nisso, tanto que nós estamos aí há muitos anos mais de 15 anos sem uma rede de esgoto, então é isso para mim uma preocupação, como hoje eu sou síndico amanhã eu não sou mais, mas que eu moro aqui, que eu não tenha problema estrutural no meu prédio porque a água está invadindo meu solo, como um muro lá tá com problema porque? Porque não tem nada que resolve, a água que desce aqui e vai para algum lugar então é essa a minha preocupação, então eu acho esse estudo tem sim que verificar todas essas questões que nós estamos colocando aqui e não se preocupar com lucro, tem que ter lucro, é claro ninguém constrói para não ter nada, mas esse lucro, tem que ver o que a população necessita, porque o mundo tá crescendo, a globalização tá chegando e as pessoas estão morrendo, porque eles visam o lucro e infelizmente a população sofre por que as pessoas não estão preocupadas. Trecho inaudível ...Deodato comenta: Não cabe no bolso de quem for comprar e nem na cabeça do banco, que assuma problema que é da cidade, é uma briga desde a união federal, em que nós vivemos num país que ele não é República Federativa, é ele confederado, o dinheiro vai para Brasília, fica lá e não volta para Federação, ele é confederado, nosso trabalho na ADESG foi sobre isso que a república, nós não somos república como era para ser, então o que que acontece, não sou eu que vou comprar uma sala aí que vou ter que pagar essa conta, entendeu, esse é o problema. Arquiteta Tania comenta: da minha parte está tranquilo porque o senhor falou lá o Fernando já tinha respondido aí eu passo para você. Um morador do prédio, comenta: eu acho que tem juntar nós, associação, vocês sempre pelo empreendedores e a Prefeitura, achar solução, que a solução é de vocês, tem que ser da Prefeitura não é, então tem que juntar forças, e exigir da prefeitura um trabalho que resolva o problema definitivamente...Trecho inaudível...mas é exatamente isso que estou falando, juntar forças, ...Trecho inaudível...mas exatamente isso, vão contar com o apoio do empreendedor que muito importante também, porque o interesse deles, em



nosso principalmente e quem vai resolver é a Prefeitura, tem que juntar força nem tentar resolver o problema definitivamente, ...Trecho inaudível... Sr. Deodato comenta: dois andares de estacionamento rotativo, quem quiser parar e ir lá, eu estou lá, eu tenho espaço para meu cliente estacionar, porque essa rua não permite, nem o banco iria financiar um produto com tiro no pé desse, tem escada rolante, é primeiro mundo mesmo, a quantidade de elevador que tem nesse prédio é fantástica. Arquiteta Tânia intervém: Dona Cilbene, se não atender, aí entra na aprovação de projeto, se por ventura o empreendedor não atender a quantidade necessária para idosos, para visitante ele também não aprova projeto, é lá na aprovação do projeto que é checada todas essas informações tá? Sr. Sr. Aurelino Levi Dias de Campos faz os agradecimentos finais, lembrando que conselho é formado por representantes de vários segmentos, inclusive outros moradores também, que aqui está o Sr. Edson, então essa sugestão da senhora pode ser feita, o Sr. Teixeira pode participar e a gente nunca vai esquecer da contribuição de vocês, que a Prefeitura ela faz aquilo que é demandado e se a gente fizer essa demanda evidentemente que vai ser atendido vamos cobrar, nos segmentos que tem poder de polícia para isso, então agradeço a você e declaramos encerradas a reunião de hoje muito obrigado a todos.